



CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - PLANO DE TRABALHO - REGIÃO 1 - BRUMADINHO

ITEM DO PT	ESPECIFICAÇÃO	Ano 1											Ano 2											Duração
		Org		Emergencial				DIAGNÓSTICO - MATRIZ DE RECONHECIMENTO					DIAGNÓSTICO - MATRIZ DE RECONHECIMENTO											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
	Estabelecimento Território																							2
	Instalações Físicas																							2
	Seleção Equipe Técnica																							7
	Planejamento e Formação de Equipe																							6
7.2	Matriz de Reconhecimento																							17
7.2	Matriz de Reparação																							11
7.3.1	Ciclos de Debate																							16
7.3.1.7	Assistência Técnica Pericial																							23
7.4	Registro e acompanhamento familiar																							2
7.5	DRP e Demandas emergenciais																							5
	Rodas de Diálogo DRP (Sem. Tem.)																							2
7.8.1	Grupos de Base																							11
7.8.3	Reunião Comissões de Atingidos																							13
7.8.4	Seminário Regionais																							8
7.8.5	Seminários Temáticos																							8
7.8.6	Assembleias																							8
8.7.1.3	Relatórios da Equipe																							23
8.7.3	Construção de Diretrizes e Acomp. Med. Rep.																							19
8.7.4	Formação em Direitos																							13
8.7.5	Acomp. Segurança de Barragens																							6
8.7.6	Monitoramento de Gênero																							18
8.7.7.1	Monitoramento Ambiental																							20
8.7.7.2	Levantamento Demandas de Saúde																							14
8.7.7.3	Levantamento Danos Agricultura																							20
8.7.7.4	Levantamento Danos aos Animais																							18
8.7.7.5	Moradia e Infraestrutura																							18
8.7.7.6	Levantamento Áreas Degradadas																							16
8.7.7.7	Danos às Comunidades Quilombolas																							18
8.7.7.8	Cultura, Turismo, Esporte, e Lazer																							15
8.7.7.9	Levantamento Danos ao Patrimônio																							15
8.7.7.10	Situação Fundiária																							15
8.7.7.11	PRD Rural																							16
8.7.7.12	PRD Urbano																							16

Legenda	
Rt	Relatório Técnico Trimestral para Coordenação Metodológica
Rs	Relatório Técnico Semestral para Auditoria Finalística
T	Termo de Referência
Tnd	Ciclo de Debate Diagnóstico a partir dos 6 temas
Tnr	Ciclo de Debate Reparação a partir dos 6 temas
PC	Procololo de Consulta





CRONOGRAMA DE ENTREGAS - PLANO DE TRABALHO REGIÃO 1 - BRUMADINHO

ANO 1

ATIVIDADES / ENTREGAS	MÊS 01	MÊS 06	MÊS 12
Relatórios Semestrais da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente*		Relatório semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente	Relatório semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente
Assistência Técnica Pericial ⁵²	Acompanhamento das chamadas da UFMG	Formulação de quesitos e diálogo com a perícia da UFMG	Formulação de quesitos e diálogo com a perícia da UFMG
Matrizes		Matriz Emergencial	Matriz de diagnóstico temas 1, 2
Registro Familiar		Registro de acompanhamento familiar	Registro de acompanhamento familiar
DRP		Relatório DRP	

⁵² As entregas concernentes à quesitação da perícia técnica a ser elaborada pela UFMG dependem, necessariamente, do andamento da perícia judicial e se tem cronograma correlacionado ao plano de trabalho do perito judicial.





Levantamento Ambiental		Termo de referência da consultoria	Relatório periódico de acompanhamento dos dados acumulados em estudos elaborados pelas instituições ambientais e/ou de pesquisa acerca das condições ambientais do vale do Rio Paraopeba após o rompimento da barragem, com destaque para a região de Brumadinho e arredores.
		Relatório de planejamento e metodologia de execução e Relatório de Levantamento de dados secundários prévio.	
Levantamento de demandas em saúde		Termo de referência da consultoria	Relatório de sistematização dos dados e diagnóstico parcial em ações emergenciais
		Relatório de planejamento e metodologia acerca dos danos emergenciais em saúde e do estado de saúde antes e após o desastre sociotecnológico, com levantamento de dados (primários e secundários) prévio.	Relatório parcial a partir da sistematização de dados e agrupamento dos três setores (políticas públicas de saúde, saúde mental e assistência social).
		Relatório de planejamento e metodologia das redes de saúde, com levantamento de dados secundários.	
Levantamento Danos Agricultura		Termo de referência da consultoria	Relatório de detalhamento dos danos relacionados à agricultura no sentido da produção, processamento,





			armazenamento, distribuição e comercialização
		Levantamento inicial dos dados secundários relacionados às ações já desenvolvidas no território: plano de agricultura da Vale, EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura	Relatório de caracterização do público de agricultores atingidos pelo desastre
Levantamento Danos Animais		Termo de referência da consultoria	Relatório de identificação dos danos às espécies comerciais e cadeias produtivas atingidas
		Relatório de sistematização dos dados primários e secundários dos danos às espécies domésticas atingidas	
Levantamento Moradia e Infraestrutura		Termo de referência da consultoria	Relatório contendo os impactos às moradias nas comunidades
Levantamento Áreas Degradadas			Termo de referência da consultoria
			Relatório inicial com metodologia de execução





Danos às Comunidades Quilombolas		Protocolo de consulta conforme normativa da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho	Relatório de levantamento da situação documental e informações sobre o RTID
		Termo de referência da consultoria	
Resgate Cultura, Turismo, Esporte e Lazer			Termo de referência da consultoria
			Relatório de planejamento e metodologia de execução
Levantamento Danos ao Patrimônio			Termo de referência da consultoria
			Relatório de planejamento e metodologia de execução
Levantamento Situação Fundiária			Termo de referência da consultoria
			Relatório de levantamento documental e cartorial dos terrenos, terras ou áreas urbanas atingidas, levando também em





			consideração as chamadas da UFMG em relação ao tema
PRD Rural			Termo de referência da consultoria
			Relatório técnico de planejamento e metodologia de execução
PRD Urbano			Termo de referência da consultoria
			Relatório técnico de planejamento e metodologia de execução
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRE	9.000.649,57	12.682.490,00	12.731.930,84





CRONOGRAMA DE ENTREGAS - PLANO DE TRABALHO REGIÃO 1 - BRUMADINHO

ANO 2

ATIVIDADES / ENTREGAS	MÊS 18	MÊS 23
Relatórios Semestrais da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente*	Relatório semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente	Relatório semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente
Assistência técnica pericial	Formulação de quesitos e diálogo com a perícia da UFMG	Formulação de quesitos e diálogo com a perícia da UFMG
Matrizes	Matriz de Reparação tema 1, Matriz de Diagnóstico e Reconhecimento temas 3 e 4	Matriz de reparação tema 2, Matriz de Diagnóstico e Reconhecimento tema 5 e 6
Registro Familiar	Registro de acompanhamento familiar	Registro de acompanhamento familiar
Levantamento Ambiental	Relatório de coleta de amostras, identificação e preservação do material, transporte, armazenamento, em tempo de estiagem e de chuva, quando necessário.	Produção de material informativo





	Relatório de análises laboratoriais a serem realizadas pela consultoria quando necessário	Relatório final
Levantamento de demandas em saúde	Relatório de Monitoramento de Entregas Parcial	
	Relatório Final	
Levantamento Danos Agricultura	Relatório de identificação dos arranjos produtivos intermediário	Relatório Final
	Relatório de identificação dos arranjos produtivos	
Levantamento Danos Animais	Relatório de identificação, encaminhamento e acompanhamento de animais mortos no contexto do crime em conformidade com as chamadas da UFMG	Relatório final
Levantamento Moradia e Infraestrutura	Relatório sobre os danos à infraestrutura e relatório parcial	Relatório final
Levantamento Áreas Degradadas	Relatório periódico (1) de diagnóstico e laudo técnico referente ao levantamento das áreas degradadas	Relatório final





	Relatório periódico (2) de diagnóstico e laudo técnico referente ao levantamento das áreas degradadas	
Danos às Comunidades Quilombolas	Relatório de diagnóstico dos danos às populações quilombolas	Relatório Final
Resgate Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Relatório contendo identificação e análise dos danos causados ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	Relatório final
	Produção de material didático contendo os dados coletados na identificação	
Levantamento Danos ao Patrimônio	Relatório de identificação dos danos à memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	Relatório final
	Produção de material didático contendo a história social e coletiva das comunidades atingidas, bem como elementos sobre seu patrimônio histórico e cultural.	





Levantamento Situação Fundiária	Relatório de desvalorização dos imóveis	Relatório final, também levando em consideração as chamadas da UFMG em relação ao tema
PRD Rural	Relatório inicial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona rural de Brumadinho e identificação das formas de geração de trabalho e renda	Relatório final de danos às atividades econômicas desenvolvidas pela população atingida e suas cadeias produtivas, considerando o potencial de desenvolvimento interrompido
	Relatório parcial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona rural de Brumadinho e de identificação das formas de geração de trabalho e renda	
PRD Urbano	Relatório inicial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona urbana de Brumadinho e identificação das formas de geração de trabalho e renda	Relatório de final danos às atividades econômicas desenvolvidas pela população atingida e às suas cadeias produtivas, considerando o potencial de desenvolvimento interrompido
	Relatório parcial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona urbana de Brumadinho e identificação das formas de geração de trabalho e renda	
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRE	9.763.372,17	







11. ORÇAMENTO

Os valores previstos sobre cada item deste orçamento serão fixos durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de execução inicial da assessoria técnica. Após este período, os valores serão reajustados anualmente por meio de comunicação formal da entidade às Instituições de Justiça e a entidade responsável pela coordenação finalística/metodológica, observando-se para o reajuste o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) do IBGE, assim como a necessidade de atendimento à legislação trabalhista, inclusive acordos, dissídios e convenções coletivas de trabalho.





QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO GLOBAL

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Δ%
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO				2.347.800,00	5,42%
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	Und.	40	4.550,00	182.000,00	0,42%
1.2 - Seminários Regionais	Und.	264	1.600,00	422.400,00	0,97%
1.3 - Seminários Temáticos	Und.	64	15.550,00	995.200,00	2,30%
1.4 - Assembleias I	Und.	48	13.700,00	657.600,00	1,52%
1.5 - Assembleias II	Und.	3	30.200,00	90.600,00	0,21%
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE				10.347.900,80	23,88%
2.1 - Formação / Atividades / Produtos:	-	-	-	2.547.900,80	5,88%
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	Mês	5	57.600,00	288.000,00	0,66%
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	Mês	34	40.979,20	1.393.292,80	3,21%
2.1.3 - Formação em Direitos	Mês	25	5.540,80	138.520,00	0,32%
2.1.4 - Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	Unid.	8	4.800,00	38.400,00	0,09%
2.1.5 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	Mês	25	24.707,52	617.688,00	1,43%
2.1.6 - Mobilizador temporário	Horas	2.400,00	30,00	72.000,00	0,17%
2.2 - Consultorias Especializadas	Und.	12	650.000,00	7.800.000,00	18,00%
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO				18.728.967,28	43,21%
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Mês	48	390.186,82	18.728.967,28	43,21%
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA				8.104.620,50	18,70%
4.1 - Custo Operacional	Mês	48	79.371,63	3.809.838,23	8,79%
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	Und.	1	972.240,00	972.240,00	2,24%
4.3 - Custeio Operacional Institucional	Mês	48	62.652,96	3.007.342,27	6,94%
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	Und.	1	315.200,00	315.200,00	0,73%
5. COMUNICAÇÃO				1.215.760,00	2,81%
5.1 - Produção de material: gráfico, audiovisual:	-	-	-	1.215.760,00	2,81%
5.1.1 - Folder/banner	Und.	30.000	7,20	216.000,00	0,50%
5.1.2 - Tabloide (Jornal)	Und.	120.000	3,50	420.000,00	0,97%
5.1.3 - Cartilhas - Formação	Und.	40.000	6,70	268.000,00	0,62%
5.1.4 - Informativos/panfletos	Und.	80.000	0,60	48.000,00	0,11%
5.1.5 - Veiculação de mídia de rádio	Und.	192	150,00	28.800,00	0,07%
5.1.6 - Programa Semanal de rádio (10 minuto)	Und.	48	1.000,00	48.000,00	0,11%
5.1.7 - Spot de rádio de alcance estadual	Und.	24	1.500,00	36.000,00	0,08%
5.1.8 - Veiculação de mídia em jornal impresso (alcance local)	Und.	24	900,00	21.600,00	0,05%
5.1.9 - Impresão de cartazes auto-colantes	Und.	400	35,00	14.000,00	0,03%
5.1.10 Impulsioneamento de publicação em redes sociais	Und.	96	100,00	9.600,00	0,02%
5.1.11 Carro de som	Und.	72	80,00	5.760,00	0,01%
5.1.12 - Produção áudio visual	Und.	4	25.000,00	100.000,00	0,23%
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO				2.444.702,91	5,64%
6.1 Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	%	6	2.444.702,91	2.444.702,91	5,64%
7. FUNDO ADMINISTRATIVO				150.000,00	0,35%
Reserva Técnica	Und.	1	150.000,00	150.000,00	0,35%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				43.339.751,50	100,00%
CUSTO PARCIAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - 23 MESES				43.339.751,50	
(Custo por atingido)				4.815,53	
NÚMERO ATINGIDOS (estimado)				9.000	
MUNICÍPIOS/ÁREAS				Brumadinho	
HABITANTES				39.520	
EXTENSÃO TERRITÓRIO (km²)				639.434 Km²	
CARACTERÍSTICA TERRITÓRIO	Economia baseada na mineração. PIB alto, mas renda per capita baixa. 5,83% da população é pobre e 19,94% da população é vulnerável a pobreza. 10,42% das crianças estão em situação de pobreza. Núcleo urbano denso, quantidade significativas de comunidades rurais e ribeirinhas e ainda existem assentamento e Quilombos. Transporte e acesso às comunidades é difícil, por conta de má condição das estradas. Região das famílias com vítimas fatais, sobreviventes e familiares.				
Nº SEDES				3	
EQUIPE GESTÃO				5	
EQUIPE DE CAMPO				93	
EQUIPE TOTAL				98	
PRODUTOS - CONSULTORIA (Nº)				12	
1 Técnico(geral) /Atingido				01/92	
1 Técnico de campo/atingido				01/97	





1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO

Seminários Regionais, Temáticos e Assembleias

Características					
Execução	Nº Participantes	Carga Horária	Custo Unitário	Quantidade	Custo Total
Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	50	8	4.550,00	40	182.000,00
Seminários Regionais	75	4	1.600,00	264	422.400,00
Seminários Temáticos	150	8	15.550,00	64	995.200,00
Assembleias I	200	8	13.700,00	48	657.600,00
Assembleias II	500	8	30.200,00	3	90.600,00
TOTAL					2.347.800,00

1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	50	1.750,00
Deslocamento	400,00	4	1.600,00
Aluguel de infraestrutura	1.000,00	1	1.000,00
Material Didático/Consumo	4,00	50	200,00
Custo Unitário Total			4.550,00

1.2 - Seminários Regionais			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (lanche)	8,00	75	600,00
Deslocamento	400,00	1	400,00
Aluguel de infraestrutura	300,00	1	300,00
Material Didático/Consumo	4,00	75	300,00
Custo Unitário Total			1.600,00

1.3 - Seminários Temáticos			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	150	5.250,00
Deslocamento	600,00	6	3.600,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	150	1.200,00
Instrutor/Facilitador + Encargos	4.000,00	1	4.000,00
Custo Unitário Total			15.550,00

1.4 - Assembleias I			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	200	7.000,00
Deslocamento	600,00	6	3.600,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	200	1.600,00
Custo Unitário Total			13.700,00

1.5 - Assembleias II			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	500	17.500,00
Deslocamento	600,00	12	7.200,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	500	4.000,00
Custo Unitário Total			30.200,00



**2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE
RH TEMPORÁRIO INCORPORADO A EQUIPE PERMANENTE**

2.1 - Formação / Atividades / Produtos

2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas

Especificação	Quantidade	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Nível Superior Pleno	6	800,00	50,00	240.000,00	48.000,00	288.000,00
TOTAL					48.000,00	288.000,00

2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias

Especificação	Quantidade	Vigência - 01/05/2020 a 31/12/2020				8 meses
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL I
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		8
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	327.833,60
TOTAL - A					40.979,20	327.833,60

Especificação	Quantidade	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL II
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	491.750,40
TOTAL - B					40.979,20	491.750,40

Especificação	Quantidade	Vigência - 01/01/2022 a 31/12/2022				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL III
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	491.750,40
TOTAL - C					40.979,20	491.750,40

Especificação	Quantidade	Vigência - 01/01/2023 a 31/01/2023				2 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL IV
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		2
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	81.958,40
TOTAL - D					40.979,20	81.958,40
TOTAL (A+B+C+D)						1.393.292,80



2.1.3 - Formação em Direitos						
Especificação	Quanti	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Formação em Direitos Humanos	2	208,00	100,00	41.600,00	8.320,00	49.920,00
TOTAL - E					8.320,00	49.920,00

Seminários Formativos (13 etapas, 50 atingidos, 2 turmas)						
Especificação	Custo Unitário	Quantidade	Custo Total			
Alimentação (almoço e lanche)	25,00	1300	32.500,00			
Deslocamento	600,00	26	15.600,00			
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	26	39.000,00			
Material Didático/Consumo	15,00	100	1.500,00			
TOTAL - F			88.600,00			
TOTAL (E+F)						138.520,00

2.1.4 - Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens						
Especificação	Quanti	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Formação em Direitos Humanos	2	160,00	100,00	32.000,00	6.400,00	38.400,00
TOTAL					6.400,00	38.400,00

2.1.5 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias						
Especificação	Quant.	Vigência - 01/09/2020 a 31/12/2020				11 meses
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL I
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		11
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	5.000,00	3.329,00	250,00	34.316,00	377.476,00
TOTAL - A					34.316,00	377.476,00
Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL II
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		7
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	5.000,00	3.329,00	250,00	34.316,00	240.212,00
TOTAL - B					34.316,00	240.212,00
TOTAL (A+B)						617.688,00



2.2 - Consultorias Especializadas

Especificação	Custo Médio Unitário	Quantidade	Custo Total
Consultorias Especializadas - I	400.000,00	6	2.400.000,00
Consultorias Especializadas - II	800.000,00	3	2.400.000,00
Consultorias Especializadas - III	1.000.000,00	3	3.000.000,00
Custo Total		12	7.800.000,00

2.2 - Consultorias Especializadas - Tipologia		Categoria Consultoria Especializada	Duração
Nº	Descrição		
1	Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	III	21
2	Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	III	15
3	Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	II	21
4	Levantamento de danos aos animais	II	19
5	Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	III	18
6	Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	I	16
7	Levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	I	18
8	Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	I	15
9	Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	I	15
10	Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	II	15
11	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	I	16
12	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	I	16



3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO

3.1 - Salários/Encargos e Benefícios

Especificação	Quant.	Vigência - 01/04/2020 a 30/04/2020					
		Salário Base¹	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	2	6.000,00	3.995,08	500,00	20.990,17	1	20.990,17
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	0	4.000,00	2.663,39	500,00	-	1	-
Comunicador social	1	3.300,00	2.197,30	500,00	5.997,30	1	5.997,30
Pedagogo	0	5.000,00	3.329,24	500,00	-	1	-
Profissional da Tecnologia da Informação	0	6.000,00	3.995,08	500,00	-	1	-
Assistente Administrativo	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-
Analista Administrativo	0	4.000,00	2.663,39	500,00	-	1	-
Auxiliar Administrativo/Contábil	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-
Auxiliar de serviços gerais	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-
Recepcionista	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-
Profissional da limpeza	0	1.500,00	998,77	500,00	-	1	-
Gestor de contratos	0	6.000,00	3.995,08	500,00	-	1	-
Gerente Financeiro do projeto	1	1.500,00	998,77	500,00	2.998,77	1	2.998,77
Coordenador de Grupo de Mobilização	3	4.700,00	3.129,48	500,00	24.988,45	1	24.988,45
Coordenador Áreas temáticas	3	4.100,00	2.729,97	500,00	21.989,92	1	21.989,92
Gestor da Informação	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	1	5.497,54
Coordenador Mobilização/Técnico	0	8.000,00	5.326,78	500,00	-	1	-
Coordenador Geral de Projeto	1	5.000,00	3.329,24	500,00	8.829,24	1	8.829,24
TOTAL - A					91.291,38		91.291,38

Especificação	Quant.	Vigência - 01/05/2020 a 31/05/2020					
		Salário Base¹	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	2	6.000,00	3.995,08	500,00	20.990,17	1	20.990,17
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	0	4.000,00	2.663,39	500,00	-	1	-
Comunicador social	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	1	10.495,08
Pedagogo	0	5.000,00	3.329,24	500,00	-	1	-
Profissional da Tecnologia da Informação	0	6.000,00	3.995,08	500,00	-	1	-
Assistente Administrativo	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-
Analista Administrativo	0	4.000,00	2.663,39	500,00	-	1	-
Auxiliar Administrativo/Contábil	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-
Auxiliar de serviços gerais	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-
Recepcionista	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-
Profissional da limpeza	0	1.500,00	998,77	500,00	-	1	-
Gestor de contratos	0	6.000,00	3.995,08	500,00	-	1	-
Gerente Financeiro do projeto	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	1	10.495,08
Coordenador de Grupo de Mobilização	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	1	12.160,93
Coordenador Áreas temáticas	3	7.000,00	4.660,93	500,00	36.482,79	1	36.482,79
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	1	12.160,93
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	1	27.653,56
Coordenador Geral de Projeto	1	10.000,00	6.658,47	500,00	17.158,47	1	17.158,47
TOTAL - B					147.597,01		147.597,01





Especificação	Quant.	Vigência - 01/06/2020 a 31/12/2020					
		Salário Base¹	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	6.000,00	3.995,08	500,00	335.842,67	6,6	2.216.561,60
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	30	4.000,00	2.663,39	500,00	214.901,67	6,6	1.418.351,00
Comunicador social	4	6.000,00	3.995,08	500,00	41.980,33	6,8	285.466,27
Pedagogo	2	5.000,00	3.329,24	500,00	17.658,47	6,5	114.780,07
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	6,6	69.267,55
Assistente Administrativo	3	3.000,00	1.997,54	500,00	16.492,63	6,5	107.202,06
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	6,5	46.562,03
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	6,5	35.734,02
Auxiliar de serviços gerais	3	2.000,00	1.331,69	500,00	11.495,08	6,5	74.718,04
Recepcionista	4	2.000,00	1.331,69	500,00	15.326,78	6,5	99.624,06
Profissional da limpeza	3	1.500,00	998,77	500,00	8.996,31	6	53.977,88
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	7	73.465,58
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	7	96.787,44
Coordenador de Grupo de Mobilização	3	7.000,00	4.660,93	500,00	36.482,79	7	255.379,54
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	500,00	72.965,58	7	510.759,08
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	7	85.126,51
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	7	193.574,89
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	500,00	34.316,94	7	240.218,61
TOTAL - C					893.751,62		5.977.556,24

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021					
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	6.000,00	3.995,08	500,00	335.842,67	12	4.030.112,00
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	30	4.000,00	2.663,39	500,00	214.901,67	12	2.578.820,00
Comunicador social	4	6.000,00	3.995,08	500,00	41.980,33	12	503.764,00
Pedagogo	2	5.000,00	3.329,24	500,00	17.658,47	12	211.901,67
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	12	125.941,00
Assistente Administrativo	3	3.000,00	1.997,54	500,00	16.492,63	12	197.911,50
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	12	85.960,67
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	12	65.970,50
Auxiliar de serviços gerais	3	2.000,00	1.331,69	500,00	11.495,08	12	137.941,00
Recepcionista	4	2.000,00	1.331,69	500,00	15.326,78	12	183.921,33
Profissional da limpeza	3	1.500,00	998,77	500,00	8.996,31	12	107.955,75
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	12	125.941,00
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	12	165.921,33
Coordenador de Grupo de Mobilização	3	7.000,00	4.660,93	500,00	36.482,79	12	437.793,50
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	500,00	72.965,58	12	875.587,00
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	12	145.931,17
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	12	331.842,67
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	500,00	34.316,94	12	411.803,33
TOTAL - D					893.751,62		10.725.019,42





Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2022 a 01/02/2022					
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	6.000,00	3.995,08	500,00	335.842,67	2	671.685,33
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	30	4.000,00	2.663,39	500,00	214.901,67	2	429.803,33
Comunicador social	4	6.000,00	3.995,08	500,00	41.980,33	2	83.960,67
Pedagogo	2	5.000,00	3.329,24	500,00	17.658,47	2	35.316,94
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	2	20.990,17
Assistente Administrativo	3	3.000,00	1.997,54	500,00	16.492,63	2	32.985,25
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	2	14.326,78
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	2	10.995,08
Auxiliar de serviços gerais	3	2.000,00	1.331,69	500,00	11.495,08	2	22.990,17
Recepcionista	4	2.000,00	1.331,69	500,00	15.326,78	2	30.653,56
Profissional da limpeza	3	1.500,00	998,77	500,00	8.996,31	2	17.992,63
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	2	20.990,17
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	2	27.653,56
Coordenador de Grupo de Mobilização	3	7.000,00	4.660,93	500,00	36.482,79	2	72.965,58
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	500,00	72.965,58	2	145.931,17
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	2	24.321,86
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	2	55.307,11
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	500,00	34.316,94	2	68.633,89
TOTAL - E					893.751,62		1.787.503,24

RECURSOS HUMANOS - TOTAL - (A+B+C+D+E)		18.728.967,28
---	--	----------------------

VALOR PARA BASE DE CALCULO - ENCARGOS SOBRE FOLHA		1.000,00	
Férias Proporcionais	1/12 avos	83,33	8,33%
Férias - 1/3		27,78	2,78%
13º Salário Proporcional	1/12 avos	83,33	8,33%
Aviso Prévio Proporcional (3 dias/ano)	0,01	8,33	0,83%
INSS	25,5%	306,71	30,67%
FGTS	8%	96,22	9,62%
FGTS RESCISÓRIO	0,04	48,11	4,81%
PIS	1%	12,03	1,20%
Percentual - Encargos Trabalhistas			66,58%



3.2 - Tabela Hora/Homem do salário inicial considerando encargos e 220 horas trabalhadas por mês.

Especificação	Quantidade	Hora/Homem
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	R\$ 47,70
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	30	R\$ 32,56
Comunicador social	4	R\$ 47,70
Pedagogo	2	R\$ 40,13
Profissional da Tecnologia da Informação	1	R\$ 47,70
Assistente Administrativo	3	R\$ 24,99
Analista Administrativo	1	R\$ 32,56
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	R\$ 24,99
Auxiliar de serviços gerais	3	R\$ 17,42
Recepcionista	4	R\$ 17,42
Profissional da limpeza	3	R\$ 13,63
Gestor de contratos	1	R\$ 47,70
Gerente Financeiro do projeto	1	R\$ 62,85
Coordenador de Grupo de Mobilização	3	R\$ 55,28
Coordenador Áreas temáticas	6	R\$ 55,28
Gestor da Informação	1	R\$ 55,28
Coordenador Mobilização/Técnico	2	R\$ 62,85
Coordenador Geral de Projeto	2	R\$ 77,99





4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA

4.1 - Custo Operacional

Composição do Custo – Infraestrutura				
Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Custo Total
Comunicação				
Despesas Postais/Correios	23	mês	200,00	4.600,00
Despesas Postais distribuição de equipamentos (incluindo seguro)	100	unid	100,00	10.000,00
Telefone (plano corporativo com linha exclusiva e internet)	23	mês	6.300,00	144.900,00
Crédito de celular pré pago	300	unidade	50,00	15.000,00
Telefone fixo e Internet (para 3 escritório + 1 ponto de apoio)	84	mês	450,00	37.800,00
Sub-total				212.300,00
Serviços Prestados - Elaboração do Plano de Trabalho - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos) Subtraindo o adiantamento de R\$ 118.738,98				
Combustível	1	unid	4.272,06	4.272,06
Hospedagem	1	unid	5.850,00	5.850,00
Impressão	1	unid	5.769,71	5.769,71
Locação de automóveis - 4 unidades	1	unid	14.136,53	14.136,53
Materiais de escritório	1	unid	0,00	0,00
Recursos Humanos (Pessoal)	1	unid	306.106,33	306.106,33
Transporte e Alimentação	1	unid	9.108,26	9.108,26
Tarifa bancária na elaboração do PT	1	unid	533,07	533,07
Sub-total*				227.036,98
Serviços Prestados - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos)				
Serviços prestados -Pessoa Jurídica	21	mês	2.000,00	42.000,00
Serviços prestados - Pessoa Física	21	mês	750,00	15.750,00
Serviços especializados em sistemas de informação geográfica (SIG)	1	unid	250.000,00	250.000,00
Plano de prevenção, medicina e segurança do trabalho	22	mês	805,00	17.710,00
Exame admissional	120	unid.	50,00	6.000,00
Diárias para equipe (15 diárias por 21 meses)	315	unid.	110,00	34.650,00
Serviços Cartorários (autenticação, registro e reconhecimento de firma)	23	mês	200,00	4.600,00
Encadernações e Reprografia/Fotocópias	23	mês	1.200,00	27.600,00
Assessoria Jurídica	23	mês	8.500,00	195.500,00
Serviço Contábeis	23	mês	6.000,00	138.000,00
Seguro cível	2	ano	30.000,00	60.000,00
Seguro trabalhista	2	ano	40.000,00	80.000,00
Seguro Escritórios e Equipamentos	2	ano	20.000,00	40.000,00
Aluguel Veículos - Hatch - 18 unidades	19	mês	25.200,00	478.800,00
Aluguel Veículo - 4x4 - (esporádico)	16	mês	3.100,00	49.600,00
Sub-total				1.440.210,00
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações				
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	23	mês	700,00	16.100,00
Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	78	unid	2.500,00	195.000,00
Alvará, taxa de fiscalização localização e funcionamento, taxa de incêndio e afins (3 escritórios + 1 ponto de apoio)	8	ano	800,00	6.400,00
Material de limpeza, Copa e Cozinha	21	mês	2.500,00	52.500,00
Prestação de Serviços para desmobilização de infraestrutura	2	mês	40.000,00	80.000,00
Aquisição de material para desmobilização de infraestrutura	2	mês	8.000,00	16.000,00
Sub-total				366.000,00
Diversos				
Material de Escritório	21	mês	2.500,00	52.500,00
Consumo - Lanches/Padaria	20	mês	1.760,00	35.200,00
Águas potável	3468	garra fão	9,50	32.941,25
Aluguel de Imóvel - 3 escritórios	63	mês	3.000,00	189.000,00
Ponto de apoio - Córrego de Feijão	21	mês	800,00	16.800,00
Aluguel de garagem	21	mês	2.000,00	42.000,00
Energia elétrica (3 imóveis + garagem + ponto de apoio)	105	mês	500,00	52.500,00
Água (3 imóveis + garagem + ponto de apoio)	105	mês	250,00	26.250,00
Combustível	21	mês	24.600,00	516.600,00
Cavalete Flip Chart	30	unid.	150,00	4.500,00
Equipamentos acessórios de informática	1	unid.	12.000,00	12.000,00
Software, armazenamento em nuvem, contas de e-mail, programas e licenças de sistemas (equipamentos x 2 a	380	unid.	800,00	304.000,00
Plataformas para reuniões virtuais	22	mês	300,00	6.600,00
Plataforma para "lives"	4	mês	350,00	1.400,00
Intercâmbio dos atingidos	8	unid.	25.000,00	200.000,00
Alimentação/Transporte Reuniões de Comissão de Atingidos	18	unid.	4.000,00	72.000,00
Alcool gel e líquido	840	lítros	9,00	7.560,00
Máscaras	144000	unid.	1,20	172.800,00
EPI - diversos	120	unid.	350,00	42.000,00
Sub-total				1.584.291,25
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL				3.809.838,23

*Foi descontado do valor sub-total a quantia de R\$150.000,00, valor este já repassado a AEDAS por decisão judicial para elaboração do Plano de Trabalho.



4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos

Aquisição de Periféricos				
Motos - 300 cilindradas	3	unid.	21.000,00	63.000,00
Computador - All in One	14	unid.	4.300,00	60.200,00
Computador Desktop (alto desempenho)	6	unid.	9.333,33	56.000,00
Notebook (com garantia estendida)	81	unid.	3.350,00	271.350,00
Tablet com gps integrado	35	unid.	1.500,00	52.500,00
Máquina Fotográfica profissional	3	unid.	4.000,00	12.000,00
Máquina Fotográfica semi profissional	9	unid.	700,00	6.300,00
Acessórios fotográficos	1	unid.	3.000,00	3.000,00
Projetores	20	unid.	2.500,00	50.000,00
Tela para projeção	20	unid.	500,00	10.000,00
Aparelho televisor	3	unid.	2.700,00	8.100,00
Equipamentos de teleconferência (kit completo)	1	unid.	13.000,00	13.000,00
Gravador de áudio profissinal	1	unid.	1.400,00	1.400,00
Gravador de áudio digital básico	30	unid.	250,00	7.500,00
GPS	5	unid.	900,00	4.500,00
Mesa de Escritório	95	unid.	500,00	47.500,00
Cadeiras de Escritório	95	unid.	250,00	23.750,00
Mesa de reunião	6	unid.	500,00	3.000,00
Cadeiras simples	60	unid.	150,00	9.000,00
Mesa de plástico	30	unid.	90,00	2.700,00
Cadeira de plástico	500	unid.	60,00	30.000,00
Caixa de som com microfone e auxiliares	20	unid.	3.300,00	66.000,00
Bebedouro	3	unid.	800,00	2.400,00
Geladeira, fogão e utensílios de cozinha	3	unid.	4.000,00	12.000,00
Arquivo de escritório em aço	9	unid.	600,00	5.400,00
Armários para Escritório	81	unid.	500,00	40.500,00
Mobilia para Escritório (acolhimento)	3	unid.	2.500,00	7.500,00
Aparelho telefônico móveis (smartphone)	95	unid.	820,00	77.900,00
Aparelho telefônico	12	unid.	120,00	1.440,00
Impressora Laser Jet portátil	6	mês	800,00	4.800,00
Impressora colorida profissional	3	mês	3.500,00	10.500,00
Impressora Multifuncional Profissional	3	mês	3.000,00	9.000,00
CUSTO TOTAL (R\$1,00) - Despesas com bens, móveis e equipamentos				972.240,00





4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

4.3 - Custeio Operacional Institucional

Composição do Custo – Infraestrutura				
Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Custo Total
Comunicação				
Despesas Postais/Correios	21	mês	100,00	2.100,00
Telefone fixo e Internet	21	mês	765,00	16.065,00
Sub-total				18.165,00
Serviços Prestados - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos)				
Serviços prestados -Pessoa Jurídica	23	mês	2.000,00	46.000,00
Serviços prestados por profissionais da instituição (Contabilidade e RH)	2300	horas	46,36	106.636,36
Serviços prestados por profissionais da instituição (Coordenação de projetos Sênior)	1840	horas	154,55	284.363,64
Serviços prestados por profissionais da instituição (Coordenação Jurídica Sênior)	1840	horas	139,09	255.927,27
Serviços prestados por profissionais da instituição (Auxiliar de serviços gerais)	4400	horas	18,55	81.600,00
Serviços especializados em sistemas de integrado de gestão de projetos (SIGP)	1	unid.	250.000,00	250.000,00
Diárias para equipe institucional (20 diárias por 21 meses)	420	unid.	110,00	46.200,00
Diárias para atividades de Capacitação, Avaliação e Planejamento Equipe	648	diária	250,00	162.000,00
Encadernações e Reprografia/Fotocópias	23	mês	200,00	4.600,00
Auditoria institucional interna	4	semestre	150.000,00	600.000,00
Custos de manutenção institucional	1	unid.	879.000,00	879.000,00
Sub-total				2.716.327,27
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações				
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	23	mês	700,00	16.100,00
Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	24	unid.	2.500,00	60.000,00
Seguros automóveis, Taxas, Licenciamento Detran	2	anos	16.000,00	32.000,00
Seguro imóveis e equipamentos, alvará, taxa de fiscalização localização e funcionamento, taxa de incêndio e afins	2	anos	20.000,00	40.000,00
Material de limpeza, Copa e Cozinha	21	mês	750,00	15.750,00
Prestação de Serviços para desmobilização de infraestrutura	2	mês	20.000,00	40.000,00
Aquisição de material desmobilização de infraestrutura	2	mês	3.000,00	6.000,00
Sub-total				209.850,00
Diversos				
Combustível	21	mês	3.000,00	63.000,00
Sub-total				63.000,00
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL				3.007.342,27



4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional

Aquisição de Periféricos				
Veículos - Picape	2	unid.	125.000,00	250.000,00
Computador - All in One	2	unid.	4.300,00	8.600,00
Notebook (com garantia estendida)	2	unid.	3.350,00	6.700,00
Projetores	1	unid.	2.500,00	2.500,00
Tela para projeção	1	unid.	500,00	500,00
Aparelho televisor	1	unid.	2.700,00	2.700,00
Equipamentos de teleconferência (kit completo)	1	unid.	13.000,00	13.000,00
Equipamentos acessórios de informática	1	unid.	2.000,00	2.000,00
Software, armazenamento em nuvem, programas e licenças de sistemas (equipamentos x 4 anos)	4	unid.	500,00	2.000,00
Mesa de Escritório	4	unid.	500,00	2.000,00
Cadeiras de Escritório	4	unid.	250,00	1.000,00
Mesa de reunião	2	unid.	500,00	1.000,00
Cadeiras simples	20	unid.	150,00	3.000,00
Bebedouro	2	unid.	800,00	1.600,00
Geladeira, fogão e utensílios de cozinha	1	unid.	4.000,00	4.000,00
Arquivo de escritório em aço	2	unid.	600,00	1.200,00
Armários para Escritório	4	unid.	500,00	2.000,00
Mobília para Escritório (acolhimento)	1	unid.	2.500,00	2.500,00
Aparelho telefônico móveis (smartphone)	3	unid.	800,00	2.400,00
Impressora colorida profissional	1	mês	3.500,00	3.500,00
Impressora Multifuncional Profissional	1	mês	3.000,00	3.000,00
CUSTO TOTAL (R\$1,00) - Despesas com bens, móveis e equipamentos				315.200,00



5. COMUNICAÇÃO

5.1 - Produção de material: gráfico, audiovisual:

Composição do Custo			
Especificação	Quantidade	Custo Unitário	Valor Total (R\$)
5.1.1 - Folder/banner	30.000	7,20	216.000,00
5.1.2 - Tabloide (Jornal)	120.000	3,50	420.000,00
5.1.3 - Cartilhas - Formação	40.000	6,70	268.000,00
5.1.4 - Informativos/panfletos	80.000	0,60	48.000,00
5.1.5 - Veiculação de mídia de rádio	192	150,00	28.800,00
5.1.6 - Programa Semanal de rádio (10 minuto)	48	1.000,00	48.000,00
5.1.7 -Spot de rádio de alcance estadual	24	1.500,00	36.000,00
5.1.8 - Veiculação de mídia em jornal impresso (alcance local)	24	900,00	21.600,00
5.1.9 - Impresão de cartazes auto-colantes	400	35,00	14.000,00
5.1.10 Impulsioneamento de publicação em redes sociais	96	100,00	9.600,00
5.1.11 Carro de som	72	80,00	5.760,00
5.1.12 - Produção áudio visual	4	25.000,00	100.000,00
Total (R\$)			1.215.760,00

O Fundo Administrativo (reserva técnica), que representa 0,2% do Orçamento Global, tem o objetivo de proteger a consecução adequada e integral dos princípios e objeto do Plano de Trabalho, dando cobertura a possíveis variações de preços de mercado, bem como a custos e riscos de difícil previsibilidade, permitindo a operacionalização da entidade com segurança e a continuidade das atividades sem comprometer a execução física. Todo recurso aplicado da reserva técnica será devidamente justificado e submetido a apreciação da auditoria.

De outro lado, a rubrica denominada “Custos de manutenção institucional” tem como finalidade garantir que a entidade possa dar continuidade às suas atividades estatutárias e missão institucional, sem risco de comprometer suas atividades regulares, seu patrimônio e sua reputação por conta da consecução das atividades previstas no Plano de Trabalho. Podemos denominar este valor como um valor institucional que está relacionado, entre outros: a) à cobertura de custos diretos na governança da entidade, por conta de impactos ocasionados pela gestão do Projeto e que não têm previsão específica no orçamento; b) à cobertura de impactos econômicos indiretos com infraestrutura e pessoal da entidade, em especial quando da prestação de contas da entidade como um todo perante as autoridades públicas e demais órgãos de controle; c) impactos na atividade





central da entidade, com possível perda de outras oportunidades nas quais poderiam atuar e que garantiriam recursos semelhantes a taxa de execução prevista em orçamento; d) necessidade dar continuidade às atividades da entidade no cumprimento de seus objetivos estatutários, sem qualquer risco; e) adequações no corpo técnico da entidade para atender normativos legais vigentes, tais como Decreto-Lei nº 9.579/2018, Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 e Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; f) qualificação do corpo técnico da entidade em cursos profissionalizantes; g) provimento de bolsas de estágio para atendimento a demandas institucionais. Todo recurso aplicado aos custos de manutenção institucional serão devidamente justificados e submetidos a apreciação da auditoria.





12. DADOS BANCÁRIOS

TITULARIDADE: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS

CNPJ: 03.597.850/0001-07

BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA: 1228-9

CONTA CORRENTE: 73822-0

DIRIGENTES: Thais Amélia de Oliveira Gomes - (099.327.886-86)

Livia Morena Brantes Bezerra - (101.389.747-13)

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Segue abaixo tabela síntese com cronograma de desembolso para os 23 meses de execução inicial das atividades da assessoria técnica.

TABELA SÍNTESE DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO SEMESTRAL

MÊS	VALOR
1	9.000.630,22
7	12.470.899,63
13	12.389.642,47
19	9.478.579,18
TOTAL	43.339.751,50



Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	2.347.800,00	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	182.000,00	40						
1.2 - Seminários Regionais	422.400,00	264						
1.3 - Seminários Temáticos	995.200,00	64						
1.4 - Assembleias I	657.600,00	48						
1.5 - Assembleias II	90.600,00	3						
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	10.347.900,80	20	0,00	0,00	36.000,00	306.802,95	359.956,38	449.827,93
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4				72.000,00	72.000,00	72.000,00
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19					73.331,20	73.331,20
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13						
2.1.4 - Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	38.400,00	6				6.400,00		
2.1.5 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	617.688,00	18						34.316,00
2.1.6 - Mobilizador temporário	72.000,00	2			36.000,00	36.000,00		
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.000.000,00	19				26.315,79	26.315,79	26.315,79
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.000.000,00	13				76.923,08	76.923,08	76.923,08
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	800.000,00	19				42.105,26	42.105,26	42.105,26
Levantamento de danos aos animais	800.000,00	17				47.058,82	47.058,82	47.058,82
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.000.000,00	18						55.555,56
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	400.000,00	16						
Levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	400.000,00	18					22.222,22	22.222,22
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	400.000,00	15						
Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	400.000,00	15						
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	800.000,00	15						
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	400.000,00	16						
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	400.000,00	16						
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	18.728.967,28	23	91.291,38	147.597,01	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.104.620,50	23	1.801.004,96	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98
4.1 - Custo Operacional	3.809.838,23	23	382.810,95	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	972.240,00	1	972.240,00					
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.007.342,27	23	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	315.200,00	1	315.200,00					
5. COMUNICAÇÃO	1.215.760,00	23	42.909,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	2.444.702,91	23	507.254,70					
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74
TOTAL	43.339.751,50	48	2.448.982	493.506	1.262.389	1.533.192	1.586.345	1.676.217
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	43.339.751,50		9.000.630,22					





Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	2.347.800,00	17	88.741,18	103.141,18	84.941,18	150.112,61	131.912,61	150.112,61
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	182.000,00	40		18.200,00		18.200,00		18.200,00
1.2 - Seminários Regionais	422.400,00	264		26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00
1.3 - Seminários Temáticos	995.200,00	64	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18
1.4 - Assembleias I	657.600,00	48				46.971,43	46.971,43	46.971,43
1.5 - Assembleias II	90.600,00	3	30.200,00					
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	10.347.900,80	20	690.526,18	612.126,18	612.126,18	592.210,39	596.465,77	596.465,77
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4	72.000,00					
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13					10.655,38	10.655,38
2.1.4 - Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	38.400,00	6	6.400,00			6.400,00		
2.1.5 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	617.688,00	18	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00
2.1.6 - Mobilizador temporário	72.000,00	2						
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.000.000,00	19	78.947,37	78.947,37	78.947,37	52.631,58	52.631,58	52.631,58
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.000.000,00	13	76.923,08	76.923,08	76.923,08	76.923,08	76.923,08	76.923,08
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	800.000,00	19	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26
Levantamento de danos aos animais	800.000,00	17	47.058,82	47.058,82	47.058,82	47.058,82	47.058,82	47.058,82
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.000.000,00	18	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	400.000,00	18	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	400.000,00	15	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67
Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	400.000,00	15	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	800.000,00	15	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	18.728.967,28	23	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.104.620,50	23	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98
4.1 - Custo Operacional	3.809.838,23	23	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	972.240,00	1						
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.007.342,27	23	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	315.200,00	1						
5. COMUNICAÇÃO	1.215.760,00	23	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13
6. COORDENAÇÃO e ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	2.444.702,91	23	703.685,05					
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74
TOTAL	43.339.751,50	48	2.709.341	1.941.656	1.923.456	1.968.712	1.954.767	1.972.967
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	43.339.751,50		12.470.899,63					





Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	2.347.800,00	17	162.112,61	150.112,61	131.912,61	159.212,61	131.912,61	159.212,61
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	182.000,00	40		18.200,00		27.300,00		27.300,00
1.2 - Seminários Regionais	422.400,00	264	26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00
1.3 - Seminários Temáticos	995.200,00	64	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18
1.4 - Assembleias I	657.600,00	48	46.971,43	46.971,43	46.971,43	46.971,43	46.971,43	46.971,43
1.5 - Assembleias II	90.600,00	3	30.200,00					
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	10.347.900,80	20	602.865,77	596.465,77	596.465,77	596.465,77	519.542,69	525.942,69
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4						
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38
2.1.4 - Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	38.400,00	6	6.400,00					6.400,00
2.1.5 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	617.688,00	18	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00
2.1.6 - Mobilizador temporário	72.000,00	2						
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.000.000,00	19	52.631,58	52.631,58	52.631,58	52.631,58	52.631,58	52.631,58
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.000.000,00	13	76.923,08	76.923,08	76.923,08	76.923,08		
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	800.000,00	19	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26
Levantamento de danos aos animais	800.000,00	17	47.058,82	47.058,82	47.058,82	47.058,82	47.058,82	47.058,82
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.000.000,00	18	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	400.000,00	18	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	400.000,00	15	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67
Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	400.000,00	15	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	800.000,00	15	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33	53.333,33
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	18.728.967,28	23	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.104.620,50	23	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98
4.1 - Custo Operacional	3.809.838,23	23	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	972.240,00	1						
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.007.342,27	23	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	315.200,00	1						
5. COMUNICAÇÃO	1.215.760,00	23	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	2.444.702,91	23	699.085,59					
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74
TOTAL	43.339.751,50	48	2.690.453	1.972.967	1.954.767	1.982.067	1.877.844	1.911.544
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	43.339.751,50		12.389.642,47					





Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Sub-total
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	2.347.800,00	17	131.912,61	159.212,61	131.912,61	159.212,61	162.112,61	2.347.800,00
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	182.000,00	40		27.300,00		27.300,00		182.000,00
1.2 - Seminários Regionais	422.400,00	264	26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00	26.400,00	422.400,00
1.3 - Seminários Temáticos	995.200,00	64	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18	58.541,18	995.200,00
1.4 - Assembleias I	657.600,00	48	46.971,43	46.971,43	46.971,43	46.971,43	46.971,43	657.600,00
1.5 - Assembleias II	90.600,00	3					30.200,00	90.600,00
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	10.347.900,80	20	519.542,69	519.542,69	472.483,87	372.217,20	173.858,14	10.347.900,80
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4						288.000,00
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	1.393.292,80
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	138.520,00
2.1.4 - Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	38.400,00	6				6.400,00		38.400,00
2.1.5 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	617.688,00	18	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00	34.316,00	617.688,00
2.1.6 - Mobilizador temporário	72.000,00	2						72.000,00
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.000.000,00	19	52.631,58	52.631,58	52.631,58	52.631,58		1.000.000,00
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.000.000,00	13						1.000.000,00
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	800.000,00	19	42.105,26	42.105,26	42.105,26	42.105,26		800.000,00
Levantamento de danos aos animais	800.000,00	17	47.058,82	47.058,82				800.000,00
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.000.000,00	18	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	1.000.000,00
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		400.000,00
Levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	400.000,00	18	22.222,22	22.222,22	22.222,22	22.222,22		400.000,00
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	400.000,00	15	26.666,67	26.666,67	26.666,67			400.000,00
Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	400.000,00	15	26.666,67	26.666,67	26.666,67			400.000,00
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	800.000,00	15	53.333,33	53.333,33	53.333,33			800.000,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		400.000,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	400.000,00	16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		400.000,00
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	18.728.967,28	23	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95	880.479,95	18.728.967,28
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.104.620,50	23	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	286.527,98	8.104.620,50
4.1 - Custo Operacional	3.809.838,23	23	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	155.773,97	3.809.838,23
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	972.240,00	1						972.240,00
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.007.342,27	23	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	130.754,01	3.007.342,27
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	315.200,00	1						315.200,00
5. COMUNICAÇÃO	1.215.760,00	23	62.809,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	52.859,13	1.215.760,00
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	2.444.702,91	23	534.677,57					2.444.702,91
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	150.000,00
TOTAL	43.339.751,50	48	2.422.472	1.905.144	1.830.785	1.757.819	1.562.360	43.339.751,50
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	43.339.751,50		9.478.579,18					



14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na expertise da AEDAS na construção de processos de assessoria técnica as comunidades atingidas, fundamentado no trabalho de campo realizado ao longo de aproximadamente 45 dias junto as pessoas atingidas, construiu-se o Plano de Trabalho acima. Entende-se que na modalidade apresentada resta assegurada a ampla participação dos atingidos e das atingidas de modo informado e consciente tanto para a construção do processo reparatório, como para a consolidação da perspectiva de assessoria técnica proposta.

Ressalta-se que o cadastro e a valoração de danos indenizáveis serão possíveis após definição consensuada ou em juízo das categorias de danos, dos critérios de reconhecimento de atingidos e atingidas, bem como das formas de valoração a serem propostas pelo Comitê Técnico-Científico, ou, na impossibilidade desse, outra entidade independente e vinculada ao juízo, a ser indicada em comum acordo pelas partes ou definida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

Assim, compreende-se que a etapa de cadastro (individualização) e valoração (precificação da indenização), que tornam executável o pagamento de indenização e de implementação de outras medidas reparatórias será dada em momento posterior a tais definições. Por isso, o trabalho é focado na construção das propostas dos atingidos para essas definições (consubstanciado no Plano de Reparação Integral), não compreendendo o cadastro individualizado e precificação de indenizações.

O registro familiar (Sessão 7.4), que será entregue às famílias na mesma temporalidade das entregas das Matrizes de Reparação, auxiliarão os atingidos na individualização e comprovação de seus danos, entretanto, deverão ter acesso a inserção de provas e dados que venham a ser necessários e não tenham sido colhidas no processo da assessoria. Além disso, outros atingidos que, por ventura, não participem do processo da assessoria devem ter direito a essa individualização para liquidação e possibilidade de execução (cadastro propriamente).

Cabe ainda destacar que a realidade socioeconômica presente em contexto de rompimento de barragem é demasiado dinâmica. Deste modo, no decorrer da execução do Projeto novas dificuldades e dimensões poderão emergir, tal qual a





necessidade de adaptação de consultorias, da ampliação da constituição de comissões, aumento do público alvo ou mesmo a ampliação das equipes técnicas.

Qualquer proposta de ajuste e/ou alteração do Plano de Trabalho serão tratadas no âmbito da metodologia de participação proposta, em diálogo com as Instituições de Justiça e ao Juízo, para validação. Há duas situações específicas em que será necessária a revisão dos valores orçados no presente plano. . A primeira se refere uma reserva técnica referente a ocorrência de algum fator inesperado, de causa maior que demandará a realização de despesas extras. A segunda se refere ao aumento do público alvo atingido em percentual igual ou maior de 15%. Nesses dois casos, abrir-se-á uma nova discussão e negociação dos valores aditivos do projeto com as Instituições de Justiça.

Com o avançar das tratativas que visem a implementação da reparação, o presente projeto poderá abarcar um terceiro eixo, para além da Assessoria, se assim for a vontade das famílias atingidas. Tal eixo seria o da participação direta em ações e medidas de reparação, como a prestação de Assistência Técnica.

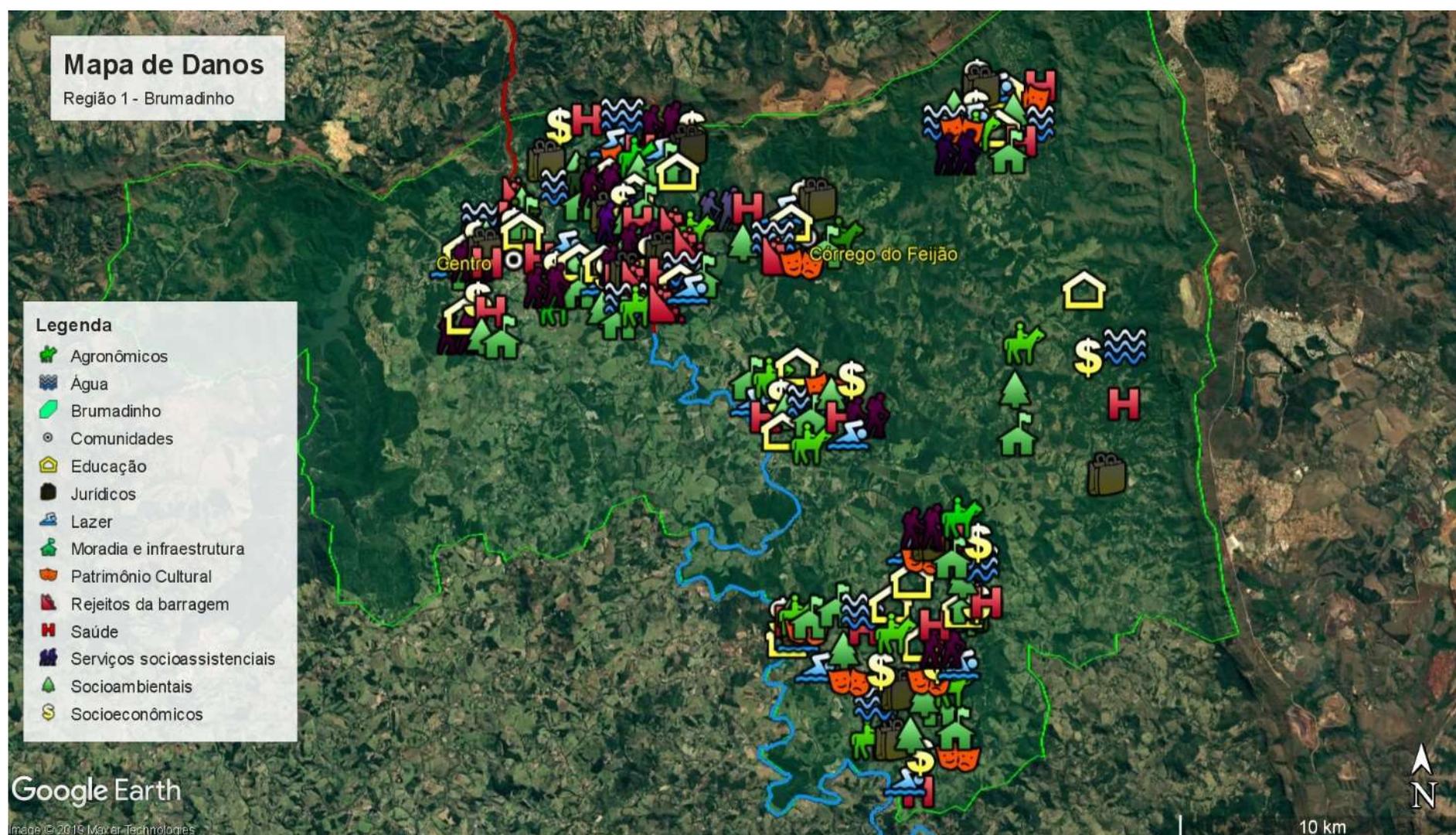
Cabe esclarecer que a Assessoria Técnica no campo jurídico se destina exclusivamente a subsidiar os atingidos de informações jurídicas necessárias aos processos decisórios coletivos, não sendo seu papel manejar ações judiciais individuais. Ademais, todos os profissionais contratados deverão formalmente se comprometer a não se valer de informações e dados obtidos a partir do projeto para outros fins fora do escopo deste projeto.

Desta forma, dispõe-se a cumprir todas as determinações legais e exigências estabelecidas para cumprimento da Assessoria Técnica às Comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho.





15. ANEXO I – ILUSTRAÇÃO DOS PRIMEIROS DANOS LEVANTADOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO





PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA TÉCNICA AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS EM RAZÃO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM B-I E SOTERRAMENTO DAS BARRAGENS B-IV E B-IV-A DA MINA CÓRREGO DO FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A. NA REGIÃO 2 – MÁRIO CAMPOS, SÃO JOAQUIM DE BICAS, BETIM, IGARAPÉ E JUATUBA – PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS DECISÕES RELATIVAS À REPARAÇÃO INTEGRAL DAS PERDAS E DANOS.

**Belo Horizonte
08 de junho de 2020**





Identificação da entidade e de seus coordenadores

Entidade: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Endereço: Rua Frei Caneca, 139.

Bairro: Bonfim

Município: Belo Horizonte – MG.

CEP: 31.210-530.

Telefone: (31) 3327-2831

E-mail: aedas@aedasmg.org

Responsáveis:

Coordenadores de Projetos da AEDAS:

- Cauê Vallim de Melo
- Luis Henrique Shikasho

Presidente da AEDAS:

- Lívia Morena Brantes Bezerra





1. INTRODUÇÃO.....	5
2. APRESENTAÇÃO DA AEDAS	8
3. JUSTIFICATIVA	11
4. DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER PARTICIPATIVO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	23
5. OBJETIVOS.....	30
5.1. OBJETIVO GERAL.....	30
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	30
6. PÚBLICO ALVO.....	31
6.1. IDENTIFICAÇÃO INICIAL DAS COMUNIDADES.....	34
7. METODOLOGIA.....	37
7.1. METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO	37
7.2. REPARAÇÃO INTEGRAL E MATRIZ DE RECONHECIMENTO DOS ATINGIDOS	38
7.3. CICLOS DE DEBATE.....	40
7.3.1. Implementação dos Ciclos de Debate.....	41
7.3.1.1. Fase I – Preparação:.....	41
7.4. REGISTRO E ACOMPANHAMENTO FAMILIAR.....	47
7.5. DRP E MATRIZ DE MEDIDAS REPARATÓRIAS EMERGENCIAIS	48
7.6. FORMAÇÃO DOS COORDENADORES E COORDENADORAS DOS GRUPOS DE ATINGIDOS E ATINGIDAS	50
7.7. MOBILIZAÇÃO SOCIAL	50
7.7.1. Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs).....	51
7.7.2. Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de GAAs	52
7.7.3. Comissão de Atingidos.....	52
7.7.4. Seminários Regionais.....	53
7.7.5. Seminários temáticos.....	53
7.7.6. Assembleias de Atingidos e Atingidas.....	53
7.7.7. Fluxograma.....	54
7.8. ATENDIMENTO COLETIVO ÀS CRIANÇAS – ESPAÇO DE CUIDADO	54
7.9. COMUNICAÇÃO	55
7.10. AJUSTE DA METODOLOGIA	56
7.11. METODOLOGIA DE CONTROLE SOCIAL.....	56
7.12. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO INTERNO	58
7.13. EQUIPES DA ACESSORIA TÉCNICA.....	58
7.14. GESTÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÕES E DADOS	64
8. ATIVIDADES DO PROJETO	66
8.1 REUNIÕES INICIAIS DO PROJETO	66
8.2 REUNIÕES PERIÓDICAS	66
8.3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL	67
8.4 SEMINÁRIOS REGIONAIS	68
8.5 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS.....	68
8.6 ASSEMBLEIAS.....	68
8.7 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR PERMANENTE.....	69
8.7.1 Prover a participação informada	69
8.7.2 Principais atividades desempenhadas pela Equipe de Mobilização:	70
8.7.3 Principais atividades desempenhadas pela Equipe Técnica:	71
8.8 DO RELATÓRIO SEMESTRAL DA EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR PERMANENTE	72
8.9 LEVANTAMENTO INICIAL DOS DANOS, DEMANDAS EMERGENCIAIS E PERFIL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS.....	72





8.10	8.7.2.1 – EQUIPE DE APLICAÇÃO DE REGISTRO FAMILIAR:	74
8.11	CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS REPARATÓRIAS	74
8.11.1	<i>Construção da Matriz de Reconhecimento (para os seis temas) e construção de Matriz de Reparação Integral (para dois temas)</i>	74
8.11.2	<i>Planejamento coletivo das ações e medidas de compensação</i>	75
8.11.3	<i>Suporte jurídico para acompanhamento das discussões sobre reconhecimento de danos, critérios de reconhecimento de atingidos e sobre medidas reparatórias</i>	76
8.12	FORMAÇÃO SOBRE DIREITOS	76
8.13	LEVANTAMENTO DE DANOS NA VIDA DAS MULHERES E MONITORAMENTO DE GÊNERO DAS PROPOSTAS DE MEDIDAS REPARATÓRIAS	78
8.14	CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS	80
8.14.1	<i>Levantamento das demandas em saúde e estudo sobre implementação</i>	83
8.14.2	<i>Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos</i>	86
8.14.3	<i>Levantamento de danos aos animais</i>	87
8.14.4	<i>Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural</i>	89
8.14.5	<i>Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana</i>	90
8.14.6	<i>Levantamento dos danos às atividades de pesca artesanal, profissional e recreativa</i>	92
8.14.7	<i>Estudo para a recuperação do Rio Paraopeba e de rios tributários (afluentes)</i>	93
8.14.8	<i>Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação</i>	95
8.14.9	<i>Levantamento dos danos ao acesso às atividades de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer</i> 96	
8.14.10	<i>Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana</i> . 97	
8.14.11	<i>Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural</i>	98
8.14.12	<i>Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas</i>	99
8.14.13	<i>Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural</i>	100
8.14.14	<i>Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana</i>	102
9.	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	104
10.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DE ENTREGAS	104
11.	ORÇAMENTO	116
12.	DADOS BANCÁRIOS	133
13.	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	133
14.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
15.	ANEXO I – SÍNTESE DOS PRIMEIROS DANOS LEVANTADOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	141



1. INTRODUÇÃO

Em 25 janeiro de 2019, a Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A (“Vale”), com 86 metros de altura e comprimento da crista de 720 metros, rompeu. Os 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro avançaram rapidamente para cima de parte do centro administrativo e do refeitório da Vale, máquinas de mineração, trem, uma ponte, casas, pousadas e currais, até chegar no leito do Rio Paraopeba. A vegetação, a fauna e outros rios foram atingidos ao longo de centenas de quilômetros, atravessando mais de 20 municípios e causando um dos maiores desastres socioambientais da história do país. Dentre os municípios atingidos, estão Mário Campos, Betim, Juatuba, São Joaquim de Bicas e Igarapé, considerados componentes da Região 2¹.

Segundo o relatório da Defesa Civil, datado de 14/01/2020, foram localizadas 395 pessoas, confirmados 259 óbitos, nas mais variadas fases dos fenômenos transformativos, restando ainda 11 pessoas não encontradas². Em nota inicial³ e posteriores manifestações a empresa afirma que ainda busca respostas para o ocorrido.

No fim do mesmo dia do rompimento da barragem, o Estado de Minas Gerais ingressou com Tutela Antecipada Antecedente e no dia seguinte o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ingressou com duas Ações Cíveis Públicas. As ações tinham como objetivo obter provimento jurisdicional que assegurasse a responsabilidade civil da Vale e sua consequente condenação para a reparação integral referente aos danos sociais, morais e econômicos provocados às pessoas, comunidades e outras coletividades atingidas pelo desastre sociotecnológico. Em sede de decisões liminares, medidas de caráter emergencial foram deferidas, tais como a responsabilização pelo acolhimento e abrigo das pessoas que tiveram comprometidas sua condição de moradia, a disponibilização de transporte, integral assistência aos atingidos e atingidas por equipe multidisciplinar, prestação de informação adequada, fornecimento de alimentação, água potável, gastos com sepultamento e apoio logístico e financeiro às famílias.

Assim, deu-se início a um processo de reparação de danos que perdurará enquanto houver evidências ou resquícios da destruição causada pelo avanço da lama de rejeito.

¹ Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/inclusao-e-mobilizacao-sociais/conflitos-socioambientais/>

² Disponível em: http://www.sgecedec.mg.gov.br/anexo/boletim/151-0850_Boletim_14_de_14_de_Janeiro_de_2020.pdf

³ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Esclarecimentos-sobre-a-barragem-I-da-Mina-de-Corrego-do-feijao.aspx>





Para que seja integral, a reparação deve contar com severa fiscalização dos órgãos públicos e a participação ativa dos atingidos e atingidas. A participação das pessoas atingidas contará com o auxílio de uma assessoria qualificada para a prestação de apoio técnico nos processos de tomada de decisão, comunicação, organização, participação, bem como nas interações dos atingidos e atingidas com a mineradora. A decisão que estabeleceu o direito à Assessoria Técnica Independente consta em ata do dia 20/02/2019, do processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024.

O processo seletivo da assessoria foi feito por meio de Edital de Chamamento Público⁴ e a seleção da entidade foi feita pelos atingidos e atingidas (representados por suas comissões), no dia 19 de maio de 2019, em assembleia pública na quadra do Ginásio Poliesportivo Municipal de Brumadinho, com a presença de representantes das Instituições de Justiça. A entidade escolhida foi a AEDAS, por ter obtido mais de 50% dos votos, em primeira votação.

Após a escolha da Assessoria para a Região 1 - Brumadinho, a AEDAS passou a elaborar conjuntamente com os Atingidos e Atingidas o Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente (ATI) para a região. Tal elaboração, desde os primeiros diálogos, foi realizada tendo como lastro os documentos do Edital de Chamamento Público e do Termo de Referência⁵ que delinearão por parte das Instituições de Justiça (MPs e DPs), autoras da ação, os princípios, requisitos, objetivos e elementos para os Planos de ATI para a Bacia do Paraopeba.

Com a finalização da proposta de Plano de Trabalho da Região 1 (PTR1), após revisões e aprovação das Instituições de Justiça (IJ) e com as Comissões de Atingidos, o PTR1 foi submetido ao juízo para aprovação. Esse oportunizou o devido debate para a parte contrária e publicidade de discussão aos atingidos e após analisar as considerações e debates sobre escopo das ATIs decidiu em 05 de março de 2020 que as ATIs são assistentes das partes autoras, assim, devem estar submetidas a orientação e necessidades delas para a identificação e extensão de todos os danos decorrentes do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Evidenciou, em sua decisão, o dever de exercício do

⁴ Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/inclusao-e-mobilizacao-sociais/conflitos-socioambientais/>

⁵ Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/inclusao-e-mobilizacao-sociais/conflitos-socioambientais/>>





princípio da cooperação com o perito do juízo – a UFMG⁶, bem como o escopo e prazo das ATIs para, nessa fase de diagnóstico, ser o mesmo dele. Ou seja, o prazo final previsto pela UFMG para conclusão do diagnóstico está definido para fevereiro de 2022 e seu escopo consiste no diagnóstico de todos os danos. O mesmo prazo e escopo, pela decisão, passam a ser aplicados as ATIs.

Para tanto, a decisão autorizou o dispêndio de valor inicial para toda a Bacia do Paraopeba no montante de 48 milhões para seis meses, ficando a cargo das IJ o rateio devido por Plano de Trabalho de cada uma das 5 regiões. O rateio possível, ainda que se tratando de valor considerável, apresenta-se abaixo do estimado para o semestre de todos os Planos de Trabalhos apresentados em juízo para das 5 Regiões da bacia. Compreendendo a probabilidade de insuficiência dos recursos, ficou estabelecido na referida decisão que sendo comprovada a necessidade de aumento de recursos para execução do trabalho, esse seria autorizado.

A natureza da ATI no processo e do escopo do Planos de Trabalho das Assessorias para a atual fase foi reforçada em nova decisão expedida em 23 de março de 2020 sobre Embargos interpostos pela empresa ré.

A partir das decisões supramencionadas, as Instituições de Justiça e as ATIs seguiram em diálogo com as orientações necessárias para as adequações dos Planos de Trabalho. Entre essas orientações, estabeleceu-se: 1) a reorganização do Plano de Trabalho para o prazo de 23 meses, igualando-se ao prazo final previsto pela UFMG para conclusão da fase de diagnóstico; 2) o foco dos primeiros 6 meses ser destinado as tratativas das medidas emergenciais e 3) o estabelecimento da avaliação em 5 meses e readequação do Plano de Trabalho no que for necessário para o semestre seguinte.

Assim, o Plano de Trabalho que passa a ser apresentado pode ser considerado, em certa medida, um recorte da proposta aprovada pelas Comissões de Atingidos e apresentada em juízo, bem como resultado do ajuste financeiro buscando inserir o trabalho dentro do valor atribuído para dispêndio. Tal recorte contempla todas as etapas previstas de diagnóstico e mantém as atividades possíveis sobre elaboração de propostas dos atingidos de medidas reparatórias dentro do tempo determinado pela decisão judicial,

⁶ A UFMG foi instituída como Comitê Técnico Científico (CTC) para auxílio do Juízo, considerando a produção de prova adequada às necessidades do conflito, em audiência do dia 21 de maio de 2019 a partir da proposta inicial apresentada pela instituição. A proposta inicial está juntada ao processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024, em seguida da referida ata. A numeração do processo se refere à autos apartados em anexo ao principal.





sem incorrer em prejuízos e de forma complementar a centralidade do diagnóstico nesta fase processual.

Dessa forma, o recorte contempla a exigência do juízo e atende no possível a expectativa dos atingidos e atingidas dentro do tempo determinado na decisão. Assim, faz-se necessário uma adequação com vistas a eficiência do trabalho, pois busca garantir o máximo de resultados possíveis. Tal estrutura poderá ser readequada com base na avaliação prevista para o 5º mês de execução dos Planos de Trabalhos. Esse momento se mostra mais oportuno, pois possíveis ajustes e adequação serão feitas observando-se a experiência transcorrida e, sobretudo, com a participação direta e apreciação dos atingidos e atingidas.

Além das adequações acima mencionadas, o presente plano de trabalho passa por uma outra readequação, tendo em vista a Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março, como pandemia mundial. Em decisão conjunta com as Instituições de Justiça e outras Assessorias Técnicas Independentes da Bacia do Paraopeba, foi acordado medidas de segurança em saúde para o trabalho das Assessorias, que definiu, entre outras, a realização de trabalho presencial, com limitações, apenas a partir de setembro de 2020. Assim, todo o trabalho presencial inicialmente pensado para este ano, teve que ser modificado para atender tais necessidades securitárias.

2. APRESENTAÇÃO DA AEDAS

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS foi criada no ano 2000 pelos moradores da comunidade de Casa Nova no município de Guaraciaba (rio Piranga, afluente do rio Doce), ameaçados pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar, tendo como principal objetivo defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto. A obra previa a construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH). Porém, ao contrário do que o nome indica, os danos sociais e ambientais à comunidade ribeirinha seriam imensos, uma vez que milhares de famílias teriam suas terras alagadas, memória destruída, atividade econômica inviabilizada e seu rio Piranga e matas devastados. Nesta ocasião, as famílias atingidas saíram vitoriosas, uma vez que o projeto da PCH foi suspenso.





Ciente da existência em Minas Gerais de mais de 400 projetos de barragens e uma vasta população de famílias atingidas, a AEDAS passa, a partir de 2008, a ter um caráter estadual e a partir de julho de 2017 a ter um caráter nacional, articulando e organizando comunidades ameaçadas e atingidas por barragens no território nacional. Ainda em 2008, a Associação desloca sua sede para Belo Horizonte/MG, passo que só foi possível devido ao crescimento da articulação de comunidades atingidas em Minas Gerais.

Desde a criação, o objetivo principal da AEDAS é interceder nas comunidades ameaçadas e atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias e garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos.

Nos últimos dez anos, a AEDAS sente a necessidade de promover atividades para além daquelas que giram em torno da barragem e, dessa forma, auxiliar as comunidades ameaçadas e atingidas no desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a entidade vem trabalhando com diversos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, que respeitem o meio ambiente e melhorem a renda e bem-estar das famílias, utilizando os princípios e práticas da Agroecologia para alcançar relações harmônicas entre as pessoas da comunidade.

Atualmente, a AEDAS auxilia mais de 300 mil famílias atingidas e ameaçadas por barragens em Minas Gerais, atendendo agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, remanescentes de quilombos e populações urbanas. Nesta trajetória, a entidade se apropriou de diversas tecnologias sociais para a melhoria das condições de vida das comunidades ameaçadas ou atingidas, citando como exemplo de projetos que foram ou são executados pela AEDAS:

1. Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS: um projeto que busca melhoria de renda e segurança alimentar através da produção de hortaliças integradas à criação de frango e produção de ovos, sem o uso de agrotóxicos. Tal iniciativa é uma parceria com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil, levando esta tecnologia social para 350 famílias em mais de 30 municípios nas regiões Norte, Jequitinhonha, Zona da Mata, Leste e Vale Rio Doce;
2. Cisternas de Placas para captação de águas da chuva no semiárido mineiro: em parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS, a AEDAS implementou 250 cisternas, uma solução comprovadamente real à superação da escassez de água no semiárido mineiro;





3. Diagnóstico participativo econômico, social, ambiental e cultural de comunidades atingidas por barragens nos municípios de Raul Soares e Abre Campo: projeto que visa a identificação do passivo proveniente da construção de duas pequenas centrais hidrelétricas nos dois municípios citados.
4. Placas Solares de aquecimento de água de baixo custo: esta tecnologia propicia a redução dos gastos familiares com a conta de luz e, conseqüentemente, uma melhoria relativa da renda. Como o próprio nome diz, trata-se de uma placa solar de baixo custo, portanto fácil de ser replicada. Atualmente, a AEDAS acompanha o funcionamento de 200 placas implantadas nos Municípios de Belo Horizonte e Montes Claros.
5. Convênio de Cooperação Técnico-Científica para execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico D0632 Veredas Sol & Lares (2018 a 2022): celebrado entre CEMIG, AEDAS e entidades parceiras, o projeto busca, dentre outros objetivos, sugerir uma metodologia de participação social para o Programa P&D Aneel, elaborar um Diagnóstico Social e um Plano de Desenvolvimento Regional (incorporando a perspectiva dos arranjos produtivos locais voltados para a agricultura), através da participação protagonizada pelas famílias atingidas por barragens (em especial jovens e mulheres) localizadas em 21 municípios do semiárido mineiro.
6. Promoção da Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas pela Barragem de rejeitos da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Barra Longa – MG (2017 a 2021): a assessoria técnica em Barra Longa tem por eixos principais a promoção da participação informada das atingidas e atingidos e a disponibilização de informações técnicas de confiança. Para atingir tais eixos, conta com uma equipe técnica permanente e multidisciplinar que, através de uma metodologia apropriada, organiza as comunidades e bairros estimulando a democratização das decisões relativas às reparações. Além disso, desenvolve assessoria jurídica e produtos com os temas: Diagnóstico socioeconômico e cultural; Formação sobre direitos humanos; Dimensão fundiária; Dimensão socioambiental; Matriz de danos; Plano de Mitigação e/ou reparação de perdas e danos; Reassentamento de Gesteira e demais realocações; Monitoramento de reformas e reconstruções; Vias de circulação; Recuperação de áreas degradadas; Reativação econômica; Assistência





Técnica Rural; Patrimônio histórico cultural; Esporte, cultura e lazer; Assistência Social e Psicológica; Saúde e Saneamento;

Diante do trabalho exitoso da AEDAS no estado de Minas Gerais, em 2015 a entidade foi condecorada pelo projeto de Lei nº 2.803/2015 com o título de “Utilidade Pública de Minas Gerais” pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)⁷.

3. JUSTIFICATIVA

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou Ação Civil Pública (Autos nº 5000053-16.2019.8.13.0090) que relaciona e expõe diversos fatos advindos do rompimento da barragem B-I da Mina do Córrego do Feijão e os seus consequentes danos, entre os quais:

Perda de vidas humanas; destruição de casas, quintais, moradias, plantações e estruturas de produção; deslocamento forçado de pessoas; mudança abrupta do modo de viver das populações atingidas; desmantelamento, eliminação e/ou enfraquecimento das relações comunitárias e familiares; impedimento e/ou dificuldade de acesso à água; falta de informação e incertezas das pessoas atingidas sobre as repercussões futuras dos danos; desmantelamento, eliminação e/ou enfraquecimento das formas de produção rural nos municípios banhados pelo rio Paraopeba; perda da segurança alimentar das populações atingidas; perda e/ou diminuição das atividades econômicas e/ou comerciais; perda das práticas de lazer e turismo; interrupção de práticas culturais; morte de animais domésticos e/ou de produção; ofensa à saúde coletiva (saúde física e mental); perda dos bens pessoais (veículos, mobília, documentos etc.) e de bens imateriais; impactos e necessidade de gastos extraordinários com infraestrutura e políticas públicas; desvalorização dos imóveis.

A constatação de que há uma diversidade de danos é certa, porém não é possível realizar o diagnóstico preciso da extensão temporal e territorial dos danos, tendo em vista que muitos deles serão decorrentes dos conflitos socioterritoriais que ocorrem enquanto desdobramentos do rompimento da barragem e da consequente contaminação do rio.

Para além da situação análoga que ocorreu com o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, em Mariana, há outros casos parecidos de desastres sociotecnológicos que podem ser utilizados como paradigmas para compreender quais ações devem ser empreendidas no processo de reparação integral no caso em tela. É o que demonstra o

⁷ Disponível em:

https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/arquivo_diario_legislativo/pdfs/2016/02/L20160219.pdf





caso do desastre de trem de Lac-Mégantic de 2013, no Canadá, sobre o qual estudos revelaram uma “*complexa rede de impactos inter-relacionados, que se desenvolveram por anos após o desastre*” (HALL, 2017, tradução nossa) e apontaram uma “*alta incidência de transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade generalizada e depressão na população, e também altos índices de abuso de substâncias, que cresciam nos indivíduos que tinham sido expostos a mais impactos*” (HALL, 2017, p. 5, tradução nossa). O estudo registrou, ainda, que não só essa incidência havia melhorado pouco nos três anos subsequentes ao desastre, como também que os efeitos relacionados ao trauma haviam piorado, alguns deles agravados por fatores secundários como a reconstrução da cidade e a retomada dos serviços de trem. Há ainda consequências a considerar quanto às relações familiares, questão para a qual aponta WILLIAMS (1998) ao citar casos de impactos ambientais no País de Gales e em Chernobyl em decorrência dos quais dinâmicas familiares se romperam e aumentou o número de divórcios, devido à divergência entre membros da família quanto a deixar ou não o local afetado.

Afirma-se, portanto, que a amplitude dos danos gerados pelo rompimento da barragem B-I da Mina Córrego do Feijão, em termos materiais, morais, psicológicos, comunitários, familiares e ambientais, afeta não somente o projeto existencial de todas as pessoas que moram às margens do Rio Paraopeba, mas também as estruturas de políticas públicas e de projetos sociocomunitários que eram construídos pelas populações que compõem as diversas redes e territórios afetos à barragem.

Assim, é necessário fazer a ressalva que a literatura ainda não tem uma definição conceitual para compreender o ocorrido. A compreensão de que ali podem ser embutidas análises sobre acidente ampliado de trabalho, desastres sociotecnológicos, conflitos socioambientais, violações de direitos humanos por corporações, grave violação de Direitos Humanos Internacionais, entre outros, deve possibilitar que todos os recursos existentes possam ser manejados de maneira a beneficiar e concretizar a reparação integral.

A dor das perdas ocorridas e o sentimento de tristeza envolvido permanecerão por todo o processo de reparação, dada a gravidade do desastre. Considerando tal aspecto, o processo pode ter como resultado positivo a reinvenção social pós desastre, desde que carregue em si a centralidade das vítimas enquanto princípio estruturante. Importante ressaltar que, a reinvenção social e reestruturação dos laços comunitários e familiares





serão muito difíceis e dependem da compreensão do contexto em que o desastre sociotecnológico ocorreu.

Dessa forma, empreendendo conceito mais ampliado que permite trabalhar a perspectiva da participação e mobilização dos atingidos, optou-se pela utilização do termo desastre sociotecnológico. O termo possibilita a realização das discussões estruturais em torno da implementação do modelo de mineração que levaram ao rompimento, bem como permite a compreensão mais abrangente dos impactos nas dimensões socioterritoriais⁸.

Situada a sudeste do estado de Minas Gerais, a sub-bacia do rio Paraopeba está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 53% da região metropolitana de Belo Horizonte. A área da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba corresponde a 2,5% da área total do Estado (IGAM, 2014). Possui uma extensão de 546,5 km e área de 12.054,25 km², que corresponde a 5,14% do território da bacia do rio São Francisco. Sua nascente está localizada ao sul no município de Cristiano Ottoni e sua foz está na represa de Três Marias, no município de Felixlândia, ambos em Minas Gerais. Seus principais afluentes são o rio Macaúbas, o rio Camapuã, o rio Betim, o rio Manso e o ribeirão Serra Azul. Estes três últimos cursos de água são represados para formação dos três reservatórios que compõem o Sistema Paraopeba da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa): Sistema Vargem das Flores, Sistema Rio Manso e Sistema Serra Azul, respectivamente. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a Copasa é responsável pelo atendimento de cerca de 4,8 milhões de habitantes. Somente o sistema Paraopeba abastece 2,3 milhões de pessoas das cidades de Betim, Contagem, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, e parcialmente os municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité, Esmeraldas, Lagoa Santa, São José da Lapa, Vespasiano e Santa Luzia (COPASA, 2018).

Com investimentos de R\$ 128,4 milhões aportados pelo Governo de Minas Gerais, a Companhia executou obras passando a captar, a fio d'água, até 5.000 litros de água bruta por segundo no manancial no sistema Paraopeba em Brumadinho. Desde o

⁸ Para maior aprofundamento ver: PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos, institucionais e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG) – Relatório preliminar. Mimeo. 2015; LAVELL, A. Entrevista Allan Lavell em Seminário Internacional Ciências Sociales y Riesgo de Desastres en América Latina: un encuentro inconcluso, setembro, 15 a 17. Buenos Aires, 2015





rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, o abastecimento da RMBH está sendo feito pelas represas do Rio Manso, Serra Azul e Vargem das Flores e pelo rio das Velhas (COPASA, 2019).

Tal captação teve que ser imediatamente interrompida de forma a impedir que elementos tóxicos contidos na lama de rejeitos adentrassem nas tubulações do Sistema. Um grave impacto negativo decorre da inutilização desta captação, tendo em vista que o principal motivo de sua implantação foi a redução da insegurança hídrica, relativa à perenidade no abastecimento de água potável para a RMBH. Assim, aumentou-se a insegurança hídrica e, então, há riscos de desabastecimento para milhões de pessoas.

A bacia do rio abrange 48 municípios (35 municípios com a sede municipal dentro da bacia). Os principais usos da água na bacia do Rio Paraopeba são: abastecimento industrial e doméstico, mineração, irrigação, pesca, piscicultura e dessedentação de animais (IGAM, 2010). Como principais usos consuntivos das águas da bacia, temos ainda o consumo industrial, extração mineral e a regularização da vazão. Quanto às águas subterrâneas, o consumo industrial é a principal finalidade do uso, seguido do consumo humano, dessedentação de animais, regularização de vazão, extração mineral, consumo agroindustrial e lavagem de veículos (IGAM, 2014).

A preocupação das populações atingidas é tanto relativa à contaminação do rio com rejeitos de minério como também com o abastecimento das comunidades que dependem dele. Os pescadores e os produtores agrícolas, que utilizavam as águas para irrigação perderam sua principal fonte de renda, já que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas aponta níveis alarmantes de contaminação das águas em decorrência do espalhamento de metais pesados como níquel, chumbo, mercúrio, cádmio e zinco (IGAM, 2019).

No rio São Francisco, essa contaminação pode percorrer uma distância de aproximadamente 2100 km até chegar ao Oceano Atlântico. Estudos realizados pela SOS Mata Atlântica afirmam que a lama de rejeitos já contaminou o reservatório da Usina de Três Marias, no rio São Francisco, região central de Minas Gerais (SOS Mata Atlântica, 2019). Por outro lado, o IGAM afirmou que os rejeitos chegaram até Retiro Baixo (IGAM, 2019). Sendo assim, verifica-se a necessidade de maiores estudos acerca da contaminação dada a ausência de consenso.

De acordo com o Termo de Referência das Instituições de Justiça para a escolha de Assessoria Técnica Independente (ATI), a extensão territorial atingida pelo rompimento foi dividida em 5 (cinco) regiões. A Região 2 comporta alguns dos municípios metropolitanos de Belo Horizonte que estão às margens do Rio Paraopeba,





sendo eles: Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba. Destacamos a seguir alguns dados que nos permitem uma breve caracterização dos mesmos:

- Mário Campos: contendo um território de 35,196 km e com uma população estimada de 15.207 pessoas, a densidade demográfica do território é de 374,82 habitantes por Km² (IBGE, 2018). Possui uma porcentagem de população urbana em torno de 94,44% enquanto a população rural chega a 5,56% (IMRS, 2010). Em 2016, o PIB do município atingiu o total de R\$ 154.616,57 (x 1000), no qual o PIB per capita contabiliza o total de R\$ 10.439,31 (IBGE, 2016). Apesar da significativa arrecadação do município, a renda mensal é estimada em R\$ 551,93 por habitante, onde 11,14% são considerados pobres, (Atlas Brasil, 2010).
- São Joaquim de Bicas: A população estimada do município, segundo dados do IBGE (2018), era de 30.989 habitantes em 2018, e a densidade demográfica era de 356,88 hab/km². A população rural compreendia, em 2010, 27,17% e a urbana 72,83% do total (Atlas Brasil, 2010). Em 2017, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos enquanto a proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 20.3% (dados do IBGE). 41.6% da população apresentava domicílio com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa., já o PIB per capita era de R\$ 19.149,88, segundo dados de 2016. Nesse sentido, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 10,69% trabalhavam no setor agropecuário, 0,77% na indústria extrativa, 18,54% na indústria de transformação, 10,48% no setor de construção, 1,29% nos setores de utilidade pública, 10,97% no comércio e 37,27% no setor de serviços (Atlas Brasil, 2010). A produção agrícola compreende uma área de 1.734,126 hectares (IBGE, 2017), cerca de 25% do território, e empregava mais de 500 pessoas em 2017 (IBGE). No município, localizam-se ainda dois acampamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, sendo eles: Pátria Livre e Zequinha. Além disso, São Joaquim de Bicas conta uma população de 5 mil detentos, divididos entre três unidades prisionais, localizadas na margem do Rio Paraopeba, que são: Presídios São Joaquim de Bicas I, II e Penitenciária Jason Albergaria.
- Betim: o município é dividido em oito regionais, sendo elas PTB, Sede (Centro), Terezópolis, Citrolândia, Norte, Alterosas, Imbiruçu e Vianópolis. Segundo dados





do Atlas Brasil 2010, é o quinto município mais populoso do estado. Estima-se uma população de 432.575 habitantes em 2018 (IBGE, 2018), dividida entre a população rural, com cerca de 2.758 pessoas e população urbana de 375.331 pessoas (Atlas Brasil, 2010). A densidade demográfica é de 1.102,80 hab/km². A taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) é de 73,22%. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) é de 8,60% (Atlas Brasil, 2010). Das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 1,79% trabalhavam no setor agropecuário, 0,64% na indústria extrativa, 21,66% na indústria de transformação, 10,47% no setor de construção, 1,03% nos setores de utilidade pública, 14,24% no comércio e 44,50% no setor de serviços. Em 2016, o PIB do município atingiu o total de R\$ 25.144.473,84 (x1000) com o PIB per capita de R\$ 59.534,12 (IBGE, 2016). Apesar da grande arrecadação do município decorrente dos setores secundário e terciário, a renda per capita média é de R\$ 660,56. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 corresponde a 7,04%.

- Igarapé: o município possuía, em 2018, uma população estimada de 42.246 pessoas, com densidade demográfica de 314,4 hab/km². A renda per capita média de Igarapé era de R\$ 570,58, em 2010, enquanto o PIB per capita, em 2016, chegava a R\$ 16.658,37. O município possuía, em 2010, 10,24% da população em situação de pobreza e 2,60% em extrema pobreza. Igarapé apresenta 3.077,781 hectares destinados à produção agrícola, empregando cerca de 600 pessoas (IBGE, 2017). Nesse sentido, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 6,12% trabalhavam no setor agropecuário, 3,96% na indústria extrativa, 19,31% na indústria de transformação, 9,64% no setor de construção, 0,66% nos setores de utilidade pública, 15,97% no comércio e 40,79% no setor de serviços (Atlas Brasil, 2010).
- Juatuba: o município apresenta um território de 97,48 km² com a população estimada de 26.484 habitantes (IBGE, 2018). A densidade demográfica do território é de 223,04 habitantes por Km². (IBGE, 2017). A população rural chega ao percentual de 1,68% enquanto a urbana 98,31% (ATLAS, 2010). O PIB do





município atingiu o número de R\$ 1.201.844 (x1000) em 2017 (IBGE) e o PIB per capita foi de R\$ 46.449,90 no mesmo período. Mesmo com uma arrecadação significativa do município, a renda mensal por pessoa em chega ao número de 517,18, onde 12,24% são consideradas pobres. (IBGE, 2010)

Tabela 1 - Dados censitários dos municípios da Região 2

Município	Pop. Total Estimada (2018)	Densidade demográfica (hab/km)	Pop. Rural (%) (2010)	Pop. Urbana (%) (2010)	Renda média mensal (R\$) (2010)	PIB per capita (R\$) (2010)	Pop. em situação de pobreza (%) (2010)
Mário Campos	15.207	374,82	5,56	94,44	551,93	10.439,31	11,14
São Joaquim de Bicas	30.989	356,88	27,17	72,83	764,02	19.149,88	10,02
Betim	432.575	1.120,80	0,73	99,27	660,56	59.534,12	7,04
Igarapé	42.246	314,4	6,28	93,72	570,58	16.658,37	10,82
Juatuba	26.484	223,04	1,68	98,31	517,18	42.637,37	12,24

Em que pese não ser o fator mais importante para reparação dessas comunidades, o aspecto de renda é importante para compreender as vulnerabilidades da população atingida, especialmente em relação aos recursos materiais e institucionais para acesso à justiça. A superação dessas vulnerabilidades vai além da esfera de ação individual, dependendo também de fatores externos, a exemplo das políticas públicas. Assim, a compreensão de que tanto a vulnerabilidade social, quanto a pobreza, são multidimensionais (Global Multidimensional Poverty Index), permite entender a possibilidade de total degradação social dos territórios afetados pelo rompimento da barragem, motivo pelo qual se justifica o presente plano de trabalho apresentado.

Outro elemento fundamental é o reconhecimento da centralidade do papel dos atingidos e das atingidas como enunciadores e protagonistas no processo reparatório das violações aos direitos humanos que sofrem. São as vítimas dos impactos sociais, políticos e ambientais das transnacionais, os sujeitos mais legítimos, titulares do direito, para reconhecer e propor a resolução a sua violação. Isso está diretamente relacionado ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana, eixo norteador da Constituição Brasileira, em





consonância com o Princípio da Centralidade do Sofrimento da Vítima, consagrado na teoria da Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

Desse modo, não poderemos constituir processo que vise reparar o impacto negativo do desastre sociotecnológico, sem garantirmos o papel dos atingidos e das atingidas como asseguradores de seus direitos, através da efetivação da participação informada. Esse caráter do Direito Internacional dos Direitos Humanos já se expressa no direito à consulta dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, estabelecidos na Convenção nº. 169 da OIT e na Declaração dos Povos Indígenas, mas também em toda a dimensão participativa dada a legislação ambiental brasileira.

Além disso, o processo de organização das famílias atingidas no território passa pelo conflito de interesses instalado no local. De um lado a empresa buscando uma percepção territorial-patrimonialista do conceito de atingido. De outro lado, análises mais profundas que desvelam a dimensão complexa dos impactos decorrentes do rompimento, evidenciando a relação entre a chegada da lama e a mudança das relações sociais. Embora as mudanças não representem em sentido estrito o deslocamento compulsório, trata-se de uma intensa mudança da vivência familiar pós rompimento.

Se fazem necessárias, ainda, nesse sentido, algumas considerações sobre a categoria de *atingido*. Essa categoria vem sendo formulada através da compreensão do conflito, da dualidade espaço e tempo. Segundo VAINER (2007):

Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.

Deste modo, o que a sociologia vem construindo no plano teórico como categoria de atingido (VAINER,2007) - embasado na luta social, e na construção histórica dos direitos humanos – vai muito além de questões meramente patrimoniais ou morfológicas (solo, mata, etc.). O processo de construção/ruptura de barragens envolve dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais. Representa o rearranjo de toda uma dinâmica social na qual os impactos são muito mais amplos e complexos. São muitas Cidades que embora não sejam inundadas ou soterradas pela lama têm sua dinâmica alterada pelas relações de proximidade. São impactos de alteração populacional, surgimento de problemas de abastecimento e acesso a água, destruição de bens materiais





e imateriais, alterações na dinâmica econômica local, entre outros. Todas essas mudanças em curto espaço de tempo, carecem de estudos que assegurem o acesso da população às políticas públicas.

Inúmeros são os depoimentos que repetem o histórico de ausência de informação e descaso com as populações atingidas. Nesse sentido, a Comissão Mundial de Barragens afirma a necessidade de se reconstruir o modo de produção da vida das comunidades:

Deslocamento é definido aqui englobando tanto o ‘deslocamento físico’ quanto o ‘deslocamento dos modos de vida’. Em um sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infraestrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso frequentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar de alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000)⁹.

Já feitas as ressalvas quanto à inadequação de utilização de somente uma abordagem conceitual para compreender o rompimento da Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão enquanto fenômeno socioeconômico e cultural, o Marco de Sendai para Desastres permite apontar quais os eixos estruturantes do processo de reparação integral a ser desenhado:

- Reabilitação: o reestabelecimento de serviços e equipamentos básicos para o funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade afetadas por um desastre
- Recuperação: a recuperação ou melhoramento de modos de vida e saúde, tal como dos bens, sistemas e atividades econômicas, físicas, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade ou sociedade afetadas por desastres, alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável e o “reconstruir melhor”, para evitar ou reduzir riscos em futuros desastres.

⁹ Em 1997, o Banco Mundial, governos, empresas e organizações não-governamentais constituíram a Comissão Mundial de Barragens, independente, para avaliar as barragens construídas no mundo. Após 2 anos de estudos e audiências, em novembro de 2000, a Comissão divulgou seu Relatório Final .





- Reconstrução: a reconstrução a médio e longo prazo e a recuperação sustentável de maneira resiliente de infraestruturas críticas, serviços, moradias, equipamentos e modos de vida necessários para o funcionamento integral de uma comunidade ou sociedade afetada por um desastre, alinhados com os princípios de desenvolvimento sustentáveis e “reconstruir melhor”, para evitar ou reduzir riscos em futuros desastres (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2016)
- Reconstruir Melhor: O uso das fases de recuperação, reabilitação e reconstrução após um desastre para aumentar a resiliência das nações e comunidades pela integração das medidas de redução do risco de desastres na recuperação das infraestruturas físicas e da sociedade, e na revitalização de modos de vida, economia, e do meio ambiente. (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2016)

Aponta-se aqui, ainda, que foram violados também os Direitos Humanos dos atingidos desde antes do rompimento, quando não foram informados os mesmos sobre os riscos que corriam. Ao contrário do que tentou impor a Vale no caso “Samarco”, os danos a serem levantados não se referem somente ao padrão de vida das famílias imediatamente anterior ao rompimento, mas também a toda uma esfera de direitos que foram sistematicamente violados, conforme vem diagnosticando experts e assessorias¹⁰. Situa-se, portanto, todo um arcabouço normativo que vai desde o direito civil, direito consumerista, direito ambiental, e direitos humanos, para esboçar uma matriz de reparação integral¹¹:

¹⁰ Existem diversos estudos contratos por perícias do Ministério Público no caso Samarco, entre elas Ramboll, Lactec e Fundação Getúlio Vargas que apontam relação entre negligências anteriores e o desastre. Além delas o trabalho que vem sendo realizados pelas assessorias técnicas.

¹¹ A figura é apenas ilustrativa do modelo, não sendo taxativa, uma vez que ao longo do processo de construção do debate junto as famílias a restituição podem assumir facetas de indenização, entre outros.





A Assessoria Técnica e o presente plano de trabalho, nesse sentido, têm como função também servir como instrumento para que os atingidos e as atingidas formulem, de maneira participativa e informada, a maneira como desejam realizar todo esse processo, desde o diagnóstico dos danos até a execução dos processos de reparação. A Assessoria Técnica busca, ainda, reduzir a assimetria de poderes entre os atingidos e a empresa diante da hipossuficiência material e de capital simbólico no âmbito da instrução do processo e de possíveis negociações, minorar o déficit de acesso à justiça, garantir controle social e assistência técnica adequada no controle de produção de materiais técnicos, assegurando a participação ampla e informada dos atingidos e das atingidas com fundamentos em Direitos Humanos.

O direito e acesso à informação, moradia, renda e à educação tem forte relação com a saúde física e mental dos atingidos e atingidas de todas as faixas etárias. O processo de reparação integral da saúde, além das perdas e danos, é complexo e demanda um grande esforço dessas famílias. Para além de dar respostas às questões de reparação dos danos, surge a necessidade da participação ativa dos atingidos e atingidas em uma série de processos decisórios que até então lhes eram estranhos e/ou negados. Em outras palavras, a participação e organização destas famílias é, ao mesmo tempo, tanto uma condição para que seus direitos sejam de fato efetivados, quanto um grande “ônus” diante do desafio de construir uma organização coletiva de famílias, que ainda lutam pela superação dos traumas ocasionados pela situação de ameaça em que vivem.

Um grande desafio, neste contexto, conforme já questionado e discutido pelo Ministério Público, é o da ampla e decisiva participação, entendida como processo





complexo que supõe o encontro e o confronto, a negociação e o conflito entre diferentes interesses e grupos sociais. Essa participação tem como núcleo central o estabelecimento de mecanismos e procedimentos que favoreçam a intervenção direta dos atingidos e das atingidas como força motriz e principal do processo decisório e legítimos detentores do poder de decisões relacionadas ao futuro de suas vidas. Isso envolve desde uma adequada e tempestiva informação, em linguagem e formato acessíveis ao conjunto da população, até a definição de procedimentos baseados na cultura, tradição e práticas usuais em processos deliberativos históricos da comunidade, movimentos e organizações populares da região.

Frente a essa realidade, a ampla participação é tida como elemento chave e dinamizador para o reconhecimento de todos os direitos violados, que poderá ser alcançado quando as atingidas e atingidos tiverem à sua disposição um corpo técnico capaz de, ao mesmo tempo, propiciar a construção conjunta de metodologias de participação e fornecer informações técnicas qualificadas e de confiança. É importante que seja criada uma ampla e eficiente organização da população atingida na região, como também é fundamental que, ao incumbir este grupo de uma série de decisões importantes, seja fornecida uma metodologia de participação, para que não haja a exclusão de famílias atingidas do processo de debate e decisões acerca do futuro de suas vidas.

As decisões que recaem sobre as famílias e comunidades são de alta complexidade. Entretanto, muitas vezes, essas famílias têm acesso apenas a uma noção parcial sobre o conteúdo das propostas. A assimetria técnica que existe entre a empresa Vale e as famílias atingidas, se não equacionada, pode se transformar em uma nova fonte de violação de direitos. Neste sentido, por meio da AEDAS, entidade competente com vasta expertise sobre metodologias de participação social, o presente projeto visa promover e fortalecer a ampla participação das famílias atingidas no processo de negociação, bem como a construção de um plano coletivo de reparação das perdas e danos em todo o território da Região 2 atingido pelo rompimento da barragem de rejeitos B-I da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho - MG.



4. DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER PARTICIPATIVO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Conforme Termo de Referência, que teve por objetivo dar cumprimento ao estabelecido em audiência judicial realizada no dia 20/02/2019, no âmbito do processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024, movido pelo Estado de Minas Gerais em face da Vale, em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV A da mina do Córrego do Feijão, ficou decidido que, uma vez escolhida a entidade de assessoria técnica, a mesma deveria elaborar, no prazo de 45 dias¹², plano de trabalho e planilha de orçamento detalhada.

A AEDAS contou com a equipe técnica multidisciplinar selecionada, inicialmente, por meio da análise de currículos e realização de entrevistas para a elaboração do plano de trabalho da Região 1. Essa mesma equipe foi responsável pela elaboração do plano de trabalho da Região 2. Entre os dias 03 a 07/07/2019 realizou uma atividade de capacitação com intuito de apresentar: i) informações acerca da Região 2 – Mário Campos, Betim, São Joaquim de Bicas, Igarapé e Juatuba; ii) metodologias participativas e iii) planejamento das atividades de construção do plano de trabalho.

Tabela 2 - Identificação da Equipe Técnica Multidisciplinar

Nome	Formação	CPF
Aline Lucia Nogueira Medeiros	Geografia	109.680.536-70
Bárbara Luiza Ramos	Ensino Médio Completo	676.674.572-04
Carolina Ferreira Boonen Maciel	Psicologia	078.912.626-59
Eloiza Soares Nascimento	Engenharia Florestal	071.337.676-78
Luis Henrique Shikasho	Engenharia Florestal	068.590.056-88
Marjorie Cristina S. Fonseca	Psicologia	120.717.616-85
Mauro Da Costa Val	Engenharia Civil E Sanitária	413.579.816-00
Mayara Machado B. De Souza Pais	Direito	089.002.554-10
Nathalia Ferreira Guimarães	Ciências Sociais	105.593.486-30
Renato Cardozo A. De Castro	Ciências Sociais	991.380.937-15

¹² O exercício de uma participação efetiva pressupõe, entre outros aspectos, a disponibilidade de tempo adequado. O prazo de 45 dias pode ser considerado exíguo, face a dimensão dos danos e extensão do território. Diante das circunstâncias submetidas, a AEDAS dimensionou a participação através da continuidade do trabalho junto às Comissões de Atingidos reconhecidas pelas Instituições de Justiça na Região 2.





Romero Wagner Do Carmo	Gestão Pública	537.648.546-34
Santiago Matos Ferreira Primo	Engenharia Agrônômica	049.141.695-41
Sheila Alexandra M. De Lima	Técnico Administrativo	011.923.386-00

A equipe técnica multidisciplinar designada para elaboração do plano de trabalho da assessoria técnica na Região 2 contou com a colaboração, em momentos preparatórios de capacitação, de membros que compõem a equipe de assessoria técnica da AEDAS, agregando, assim, a experiência acumulada de quase 2 (dois) anos de trabalhos.

Tabela 3 - Identificação de membros e técnicos da equipe da assessoria técnica da AEDAS com caráter colaborativo

Nome	Formação	CPF
Ana Paula Dos Santos Alves	Direito	063.632.056-11
Cauê Vallim De Melo	Engenharia Florestal	345.727.968-31
Claudia Elisa Simões	Psicologia	118.729.736-47
Heiza Maria Dias de S. Pinho Aguiar	Direito	033.524.363-04
Jéssica Barbosa S. Simões	Direito	082.363.294-61
Vivian de Azevedo Virissimo	Jornalismo	010.0558.620-05

Dessa forma, observando-se a lista de Comissões de Atingidos disponibilizada pelo MPMG, a equipe técnica foi dividida em grupos para contemplar, de maneira adequada às suas realidades, as Comissões inseridas nos territórios de Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba. Realizou-se contatos prévios por telefone com representantes das Comissões para combinar o agendamento (data, local e horário) e apresentar os objetivos da primeira reunião.

As primeiras reuniões ocorridas no período de 10 a 18/07/2019 tiveram os seguintes objetivos: I) fomentar a participação dos atingidos e das atingidas no processo de construção coletivo do plano de trabalho; II) esclarecer o significado da assessoria técnica e o planejamento da AEDAS para elaboração do plano de trabalho; e III) aplicar metodologias para a escuta dos relatos dos atingidos e das atingidas, visando o levantamento e subsídios para dimensionamento das perdas e danos sofridos e captar o máximo de informações dos danos vivenciados.



A metodologia utilizada nessas reuniões foi a construção de um caminho ou linha do tempo, identificando como era a vida antes e depois do rompimento, realizando levantamento de danos (o que mudou) e, ainda, as perspectivas de futuro, de modo a pensar a reparação integral. Em um segundo momento de reunião, foi utilizada a cartografia social ou mapeamento de danos, que permitiu aos atingidos e atingidas visualizarem os danos sofridos em seus territórios.

Os materiais utilizados para construção da linha do tempo foram tarjetas que sintetizaram a fala dos atingidos e das atingidas, de modo a permitir a visualização das mudanças decorrentes do desastre sociotecnológico. Já para a cartografia social, foram utilizadas imagens de satélite das comunidades supracitadas somadas a elementos visuais que detalharam os danos. Mediante a necessidade, houve a construção de mapas pela própria comunidade. Os danos e as demandas levantados foram sistematizados por meio de relatórios. Além disso, as reuniões foram documentadas através de listas de presença, da gravação dos áudios e de fotografias, com permissão dos presentes.

Tabela 4 - Informações sistematizadas sobre a realização da primeira reunião junto às Comissões de Atingidos

Data	Horário	Município	Comissão de Atingidos / Local da reunião	Número de participantes¹³	Técnicos responsáveis
10/07/2019	16h	Betim	Cruzeiro	12	Carolina, Eloiza e Mayara
10/07/2019	19h30m	Juatuba	Satélite	12	Claudia e Nathália
11/07/2019	17h30m	Betim	Quebra Galho e Vila Rica	31	Carolina, Eloiza e Mayara
11/07/2019	18h30m	Juatuba	Francelinos	14	Claudia e Nathália
11/07/2019	10h	Igarapé	Brejo e Santa Ana	15	Claudia e Nathália
12/07/2019	18h25m	Betim	Charneca	35	Carolina, Eloiza e Mayara
12/07/2019	19h30m	São Joaquim de Bicas	Tereza Cristina, Tupanuara, Flor de Minas	13	Aline, Mauro e Renato
12/07/2019	19h	Mário Campos	Funil	22	Marjorie e Romero

¹³ Alguns atingidos e atingidas participaram das reuniões mas não se dispuseram a assinar a lista de presença. Assim, a coluna apresenta o número de participantes contabilizados (estimados) pelos técnicos durante a reunião.





13/07/2019	15h30m	São Joaquim de Bicas	Imperador	12	Aline, Mauro e Renato
13/07/2019	17h20m	Mário Campos	Campo Verde e Reta 1	56	Marjorie e Romero
13/07/2019	18h10m	São Joaquim de Bicas	Primavera	9	Aline, Mauro e Renato
14/07/2019	15h	São Joaquim de Bicas	FHEMIG	112	Aline, Mauro e Renato
15/07/2019	15h	Betim	Colônia Santa Isabel	33	Carolina, Eloiza e Mayara
15/07/2019	18h15m	São Joaquim de Bicas	Fernando Costa	19	Aline, Mauro e Renato
15/07/2019	13h15m	Betim	Paquetá, São Marcos e Jardim Paulista	3	Marjorie e Romero
15/07/2019	18h	São Joaquim de Bicas	Nazaré	8	Aline, Mauro e Renato
16/07/2019	14h30m	Betim	Monte Calvário	9	Carolina, Eloiza e Mayara
16/07/2019	18h45m	Betim	Sol Nascente	26	Carolina, Eloiza e Mayara
16/07/2019	18h25m	Betim	Assentamento 2 de julho	12	Claudia e Nathália
16/07/2019	19h15m	Mário Campos	Reta do Jacaré	70	Marjorie e Romero
16/07/2019	18h	São Joaquim de Bicas	Vale do Sol I e II	11	Aline, Mauro e Renato
16/07/2019	15h	São Joaquim de Bicas	Acampamento Zequinha	125	Aline, Mauro e Renato
17/07/2019	19h	Juatuba	Comunidades de Matriz Africana e Comitê de Defesa do Rio Paraopeba	19	Claudia e Nathália
17/07/2019	19h40m	Mário Campos	Reta II	72	Marjorie e Romero
17/07/2019	16h	São Joaquim de Bicas	Acampamento Pátria Livre	27	Aline, Mauro e Renato
18/07/2019	17h30m	Betim	São Marcos	57	Marjorie e Romero
Total de participantes				834	



Após a sistematização dos relatórios das reuniões, síntese e discussão dos danos levantados¹⁴, a equipe iniciou o processo de elaboração do plano de trabalho identificando as seguintes áreas de atuação para a assessoria técnica: jurídico, saúde física e mental, serviços socioassistenciais, trabalho e renda, comunicação, água, habitação e infraestrutura, educação, pesca, agricultura e veterinária, socioambiental, povos e comunidades tradicionais, patrimônio cultural e natural e turismo. Um melhor detalhamento do levantamento dos danos pode ser visto Anexo I.

Na sequência, a equipe foi reorganizada por áreas de atuação profissional para análise, debate e elaboração das ementas de atuação das consultorias especializadas. Uma vez construída a versão inicial da proposta de plano de trabalho para assessoria técnica, a equipe voltou ao território para retomar a discussão do plano, dialogar sobre a definição da equipe, estrutura e funcionamento da assessoria, bem como explicar as consultorias especializadas propostas, identificando se existia a necessidade de outros estudos, levantamentos e diagnósticos não contemplados no plano de trabalho inicial.

As reuniões de apresentação e validação do plano de trabalho ocorreram no período de 03/08/2019 a 14/08/2019 nas comunidades anteriormente identificadas. Foram levantadas sugestões de novos estudos e outros ajustes, contemplados durante a elaboração do plano de trabalho preliminar.

Tabela 5 - Informações sistematizadas sobre a realização da segunda reunião junto às Comissões de Atingidos

Data	Horário	Município	Comissão de Atingidos / Local da reunião	Número de participantes¹⁵	Técnicos responsáveis
03/08/2019	16h	Betim	São Marcos	30	Marjorie e Romero
05/08/2019	18h45	Juatuba	Satélite	400	Claudia e Nathália
05/08/2019	19h	Betim	Paquetá, São Marcos e Jardim Paulista	80	Marjorie e Romero

¹⁴ Síntese dos primeiros danos levantados por meio do diálogo com os atingidos participantes da elaboração deste Plano de Trabalho está contida no ANEXO I.

¹⁵ Houve atingidos e atingidas que participaram das reuniões mas não se dispuseram a assinar a lista de presença. Assim, a coluna apresenta o número de participantes contabilizados (estimados) pelos técnicos durante a reunião.





06/08/2019	17h30	Betim	Cruzeiro	5	Carolina, Eloiza e Mayara
06/08/2019	18h30	Juatuba	Francelinos	156	Claudia e Nathália
06/08/2019	19h	São Joaquim de Bicas	Tereza Cristina, Tupanuara, Flor de Minas	39	Aline, Mauro e Renato
06/08/2019	19h30	Mário Campos	Reta II	67	Marjorie e Romero
07/08/2019	17h	Betim	Quebra Galho e Vila Rica	31	Carolina, Eloiza e Mayara
07/08/2019	19h30	Mário Campos	Campo Verde e Reta 1	65	Marjorie e Romero
07/08/2019	18h	São Joaquim de Bicas	Fernando Costa	24	Aline, Mauro e Renato
07/08/2019	19h	Juatuba	Comunidades de Matriz Africana e Comitê de Defesa do Rio Paraopeba	11	Claudia e Nathália
08/08/2019	18h30	Betim	Sol Nascente	9	Carolina, Eloiza e Mayara
08/08/2019	18h30	Mário Campos	Reta do Jacaré	40	Marjorie e Romero
08/08/2019	19h	São Joaquim de Bicas	Vale do Sol I e II	12	Aline, Mauro e Renato
09/08/2019	18h	Betim	Charneca	45	Carolina, Eloiza e Mayara
09/08/2019	18h30	Mário Campos	Funil	25	Marjorie e Romero
09/08/2019	19h	São Joaquim de Bicas	Nazaré	58	Aline, Mauro e Renato
10/08/2019	9h	Igarapé	Brejo e Santa Ana	19	Claudia e Nathália





10/08/2019	14h	São Joaquim de Bicas	FHEMIG	65	Aline, Mauro e Renato
10/08/2019	10h30	Betim	Colônia Santa Isabel e Monte Calvário	30	Carolina, Eloiza e Mayara
10/08/2019	9h	Betim	Assentamento 2 de julho	33	Claudia e Nathália
11/08/2019	15h	São Joaquim de Bicas	Primavera	87	Aline, Mauro e Renato
11/08/2019	17h30	São Joaquim de Bicas	Imperador	7	Aline, Mauro e Renato
12/08/2019	15h	São Joaquim de Bicas	Acampamento Zequinha	16	Claudia e Nathália
14/08/2019	10h	São Joaquim de Bicas	Acampamento Pátria Livre	9	Claudia e Nathalia
Total de participantes				1363	

Ainda no tocante à participação e ao processo construtivo do plano de trabalho é importante destacar a audiência no Tribunal de Justiça de Minas Gerais no dia 28/11/2019. Esta audiência foi indicada para tratar sobre o Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente da AEDAS. Contamos, nesse momento, com a presença de 140 convidados – dentre eles 48 representantes das Comissões de Atingidos da Região 1 (26) e da Região 2 (22). A partir dessa audiência, o Juiz reservou considerações de importante destaque, uma vez que a versão final do Plano de Trabalho comporta as observações apresentadas pelo Excelentíssimo Juiz em audiência. São elas: (I) considerações de que o diagnóstico para a reparação integral deve ser apresentado em juízo dentro do período de dois anos; (II) a construção dessas medidas reparatórias deve ser de caráter propositivo e partir do conjunto de atingidos; e (III) a ressalva de que as decisões serão tomadas pelo Juiz com apoio do Comitê Técnico Científico.

O contexto de Pandemia que demandou sérias medidas de isolamento social que implicaram replanejamentos necessários em relação ao Plano de Trabalho. Nesse sentido, alterações do elaborado junto às comissões foram feitas para garantir as medidas de segurança em saúde, mantendo-se instrumentos e espaços (mesmo que virtuais) com o máximo de participação possível – ainda que compreendendo as limitações do formato





diante de uma população com limites de acesso à internet e aos equipamentos para acesso adequado.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral

Subsidiar e impulsionar a pormenorização da identificação e extensão dos danos sofridos pelas famílias atingidas em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV-A da mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. na Região 2, referente aos municípios de Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba, bem como na elaboração, em caráter complementar, de propostas de medidas reparatórias, a partir da promoção da participação efetiva e garantia do acesso à informação, auxiliando as partes autoras nos processos judiciais nº 5044954-73.2019.8.13.00.0024 e 5087481-40.2019.8.13.0024 e exercendo o princípio da cooperação.

5.2 Objetivos Específicos

1. Mapear e avaliar junto aos atingidos e às atingidas quais ações emergenciais já foram realizadas a fim de verificar demandas não contempladas e não atendidas.

2. Oferecer informações técnicas qualificadas e acompanhamento às Comissões e ao conjunto de famílias atingidas em linguagem adequada às suas características socioculturais, sobre o processo judicial, a sua instrução, a identificação dos danos e sobre reparação integral no município de Brumadinho, de forma a auxiliar as partes autoras.

3. Fomentar a auto-organização das famílias atingidas em Grupos e Atingidos e Atingidas por comunidade, de acordo com os seus modos de vida, a fim de contribuir para a participação ampla e informada dos atingidos e atingidas na pormenorização da identificação e extensão dos danos sofridos e sobre quem os sofreu, bem como na compreensão do processo judicial que visa a reparação integral das famílias.





4. Promover assistência às partes autoras nos processos judiciais nº 5044954-73.2019.8.13.00.0024 e 5087481-40.2019.8.13.0024, exercendo o princípio da cooperação e avaliações informações técnicas.

5. Construir coletivamente a Matriz de Reconhecimento dos Atingidos com o conjunto dos atingidos e das atingidas abrangendo as mais diversas áreas de atuação.

6. PÚBLICO ALVO

Os municípios componentes da Região 2, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba foram considerados atingidos, conforme Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, datada de 20 de fevereiro de 2019 ao estabelecer tipos de critérios para a garantia do direito ao auxílio emergencial e início das indenizações dos danos:

[...] ficou estabelecido que todas as pessoas que possuíam registro até a data do rompimento da barragem dos seguintes cadastros: Justiça Eleitoral, matrículas nas escolas ou faculdades, Cemig, Copasa, postos de saúde, Emater, Secretarias de Agricultura Municipais e Estaduais, no Cras ou no Suas (Sistema Único de Assistência Social) das localidades de Brumadinho, integralmente, **e também nas comunidades que estiverem até 1 km do leito do Rio Paraopeba** desde Brumadinho e demais municípios na beira do rio, até a cidade de Pompeu na represa de Retiro Baixo, receberão o pagamento de 1 (um) salário mínimo mensal para cada adulto, ½ (meio) salário mínimo mensal para cada adolescente, ¼ (um quarto) de salário mínimo para cada criança, pelo prazo de um ano, a contar da data do rompimento da barragem (p. 1209).

Segundo consta no Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), utilizado nas recomendações do Conselho Nacional de Direitos Humanos para o caso da Bacia do Rio Doce e Paraopeba, os atingidos e as atingidas são descritos como:

A implantação de uma barragem implica, geralmente, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.

Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas





as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão etc.

Na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.

Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.

(...) A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais etc.), assim como todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.

Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.

As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, a fortiori, de monetização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.

Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais.

É procedimental nos Licenciamentos Ambientais delimitar o público atingido a partir da definição de área direta e indiretamente afetada na elaboração de estudos prévios de impacto ambiental para atendimento do inciso IV, parágrafo 1o. do Artigo 225 (Da Ordem Social - Capítulo VI - Do Meio Ambiente) da Constituição Federal. Entretanto, tal procedimento delimitação é questionável, tanto que o Ministério Público Federal¹⁶ (2007) ao analisar a efetividade dos estudos de impactos ambientais apontou como uma das principais deficiências identificadas o estabelecimento a priori das áreas de influência,

¹⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência. Brasília: Ministério Público Federal, 4a. Câmara de Coordenação e Divisão: Escola Superior do Ministério Público da União, 2007. 48p.





direta e indiretamente afetadas, conforme Nota Técnica N.º 39/2007¹⁷ da 4ª. Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal:

A necessidade de foco na questão da escala: "Espaço e tempo só podem separar-se por um exercício de abstração (HAELEY, 1950 apud SANTOS, 2002). Na avaliação de impacto ambiental não se deve dissociar as escalas espaciais e temporais de análise, porque a concepção de uma escala demanda reflexos na outra (SUERTEGARAY, 2002). A consideração de um espaço geográfico puro, que desconsidere o tempo, é uma concepção mecânica e bastante reducionista da realidade, pois espaço e tempo estão um no outro (SILVA, 2004). Assim, aspectos temporais e espaciais se unem no contexto da avaliação.

Nesse sentido, fica evidente a questão trazida pelo MPF quanto a delimitação precoce dos atingidos por empreendimentos. Isso porque, no tocante aos casos de levantamento de impactos ambientais, trata-se de uma avaliação prévia realizada por instrumentos e órgão estatais de consequências da construção de grandes empreendimentos. Essa situação, portanto, é completamente diferente da situação em tela a ser reparada diante do desastre sociotecnológico, o qual se trata de um ilícito e com consequências em grau nenhum previsíveis. Assim, nesse caso, o público atingido pelo desastre é maior e com amplitude ainda a ser profundamente investigada.

Considerando o exposto, o público alvo do presente plano de trabalho engloba atingidos e atingidas cujas moradias e atividades rotineiras se localizavam nos territórios dos 5 (cinco) municípios da Região 2. Esse público se encontra tanto na faixa de 1 km a partir das margens – aferida a partir de imagem de satélite do dia 05/01/2012 (data da última grande enchente na Região 2), quanto nas demais partes do território nas quais danos e perdas socioeconômicas e socioambientais ocorreram em virtude do desastre sociotecnológico, consideradas as suas extensões temporal e espacial.

Tendo em vista estas fundamentações, o Público Alvo Direto foi estabelecido ao analisar o número de participantes nas atividades para a construção do plano de trabalho explicitadas na Seção 4. A partir da identificação inicial das comunidades relacionadas às Comissões de Atingidos apresentadas pelo Ministério Público e das comunidades que demandaram participação na fase de elaboração do projeto e, posteriormente, que solicitaram acesso aos trabalhos a serem desenvolvidos pela assessoria técnica, alcançou-

¹⁷ NOTA TÉCNICA N.º 39/2007 – 4ª CCR. Ministério Público Federal - Procuradoria Geral da República. Brasília. 2007. 47p.





se a estimativa inicial de organização de 200 grupos de atingidos e atingidas e 3.000 famílias.

Importante ressaltar que o Público Alvo Direto considera a demanda para a participação no processo de elaboração do Plano de Reparação, mas não delimita quem o projeto alcança para amparar direitos. Os critérios para reparação serão estabelecidos no processo com os atingidos, sendo uma violação de direito delimitar *a priori* quem pode participar do processo, devendo ser garantido acesso a quem se sentir prejudicado pelo desastre diante da máxima de resguardar o “direito de pensar sobre o direito” dos atingidos.

Nesse sentido, o alcance do plano de trabalho proposto abrange as pessoas que podem ter direitos amparados e defendidos com as elaborações resultantes do trabalho da assessoria. Para efeito do plano de trabalho e projeção de tal alcance, hoje podemos considerar que o número de atingidos que têm alguma expectativa sobre reparações a serem efetivadas é o número mínimo para o Público Alvo Indireto. Assim, apresentamos o número de 40.433 atingidos que receberam auxílio financeiro emergencial determinado no Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em 20/02/2019, como Público Alvo Indireto.

QUADRO RESUMO ALCANCE DO PROJETO	
DESCRIÇÃO	QTD. TOTAL
Famílias participantes por GAAs ¹⁸	15
Média de GAAs por comunidade/bairro	5,88
Comunidades/bairros atendidos	34
Total de GAAs	200
Famílias atendidas	3.000
Pessoas diretamente atendidas (4 por núcleo familiar) *	12.000
Pessoas indiretamente atendidas**	40.433

*Durante o processo de trabalho da assessoria, prevê-se a participação simultânea e alternada de todos os integrantes dos grupos familiares. Sendo assim, todos são considerados diretamente atendidos.
**O número indiretamente atendido refere-se a quantidade de pessoas que receberam auxílio emergencial durante os 12 meses subsequentes ao desastre.

6.1. Identificação inicial das comunidades

¹⁸ Durante o período da Pandemia, os GAAs se reunirão apenas em 10 pessoas. Essa é uma medida em respeito das restrições de isolamento reunião que está prevista para acontecer até o final de 2020.





Atentos às questões levantadas acima acerca da delimitação do público alvo, buscou-se identificar as comunidades/bairros que inicialmente estariam inseridas no planejamento pela AEDAS. Esse levantamento foi realizado com objetivo de planejar o desenvolvimento da assessoria técnica no território, em função da metodologia de participação e das atividades propostas neste Projeto, dimensionando os recursos humanos, materiais e financeiros necessários aos trabalhos da assessoria.

Decorrente dos trabalhos executados para elaboração do Plano de Trabalho, a partir da inserção das 26 Comissões de Atingidos reconhecidas pelas Instituições de Justiça e de demandas apresentadas e levantadas pelas atividades de campo, foram inicialmente identificadas as seguintes comunidades/bairros¹⁹, bem como projetado o número de grupos de atingidos e atingidas a ser organizado em cada local:

Tabela 6 – Comunidades/bairros inicialmente identificado:

Nº	Comunidade/Bairro	Rural/Urbano	Média Nº GAA (Comunidade/Bairro)
1	Quebra Galho	Urbano	7
2	Vila Rica	Urbano	7
3	Monte Calvário	Urbano	7
4	Charneca	Rural	3
5	Sol Nascente	Urbano	7
6	Cruzeiro	Urbano	7
7	Colônia Santa Isabel	Urbano	8
8	Francelinos	Urbano	8
9	Satélite	Urbano	8
10	Assentamento 2 de Julho	Rural	5
11	Campo Verde	Urbano	5
12	Funil	Urbano	5
13	Paquetá	Urbano	5
14	Reta do Jacaré	Rural	3
15	Reta 2	Urbano	5

¹⁹ As comunidades identificadas inicialmente para atuação da assessoria técnica serão avaliadas e, se necessário, ajustadas, adequando-se e/ou acrescentando-se novas comunidades/bairros/setores atingidos mediante demandas constatadas ao longo do exercício dos trabalhos executados pela AEDAS no território. Verifica-se como áreas/setores potenciais para atuação da assessoria técnica os Trabalhadores da Saúde e Educação Pública.





16	Bairro São Marcos	Urbano	5
17	Santa Ana	Urbano	5
18	Brejo	Rural	3
19	Acampamento Pátria Livre	Rural	5
20	Acampamento Zequinha	Rural	5
21	Nazaré	Urbano	8
22	Povos e Comunidades tradicionais	Rural	5
23	Tereza Cristina	Urbano	7
24	Tupanuara	Urbano	5
25	Flor de Minas	Urbano	5
26	Primavera	Urbano	8
27	Imperador	Urbano	8
28	FHEMIG	Urbano	8
29	Reta 1	Urbano	5
30	Fernando Costa	Urbano	5
31	Jardim Paulista	Urbano	5
32	Vale do Sol 1	Urbano	5
33	Vale do Sol 2	Urbano	5
34	São Marcos – condomínio	Urbano	8
TOTAL			200



7. METODOLOGIA

7.1. *Metodologia de Participação*

Para atingir os objetivos traçados, propomos uma metodologia participativa que visa unir a produção técnica com a participação e o exercício do controle social pela população atingida. Primando pelo princípio de ampliação do protagonismo dos atingidos e das atingidas, compreende-se que, a partir de uma perspectiva baseada na educação popular, seja possível garantir igualdade de condições na intervenção dos atingidos e atingidas. Uma proposta de metodologia participativa e popular valoriza os acúmulos individuais e coletivos trazidos às discussões, dando especial atenção a voz de sujeitos em situação de vulnerabilidade, a exemplo das mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, negros e negras, etc.

No tocante a assessoria técnica, os mesmos princípios metodológicos serão implementados. Nesse sentido, trata-se de uma abordagem popular voltada também para qualificação da intervenção dos sujeitos envolvidos, entendendo que o processo de discussão e reflexão em torno dos danos sofridos pelas comunidades é também educativo. Assim, o processo constantemente buscará diálogos entre saberes técnicos e populares, motivando também as capacidades de todas as pessoas envolvidas.

Reconhecendo a importância da construção coletiva de saberes e a construção de acordos sociais entre os beneficiários envolvidos no processo, o método aqui apresentado também se centra na valorização de abordagens coletivas. Os processos coletivos de discussão centrados em uma abordagem participativa e popular são poderosos instrumentos de construção de conhecimento. Esses espaços permitem trocas coletivas de experiência e entendimentos comuns voltados para consolidação de uma proposta de reparação integral conectada a noção de “Justiça” diante dos danos sofridos. A construção da noção do “Justo” entre as pessoas atingidas, consequência direta desses processos coletivos, é parte constituinte de uma prestação jurisdicional efetiva.

Para garantir que os produtos e objetivos do projeto sejam alcançados, serão utilizados mecanismos que promovam a informação, mobilização e engajamento das comunidades a fim de propiciar que estas participem da compreensão e identificação dos danos pelo desastre sociotecnológico e da elaboração dos critérios sobre quem os sofreu. Desta forma, permitir-se-á incidência judicial das partes autoras, especialmente no intuito de cooperação com o perito e seus estudos determinados pelo juízo.





Entende-se que nesse contexto é imprescindível a produção do conhecimento engajado com as comunidades, construído a partir da interação entre técnicos, mobilizadores, atingidos e atingidas, comissões e instituições públicas, norteado pelo princípio da centralidade do sofrimento da vítima, contribuindo assim da melhor forma para com as informações necessárias para a formulação da defesa dos direitos materiais pelos autores. Também serão organizados 2 escritórios e três pontos de apoio com menor dimensão, localizados de forma a atender a extensão territorial do município, que servirão como base de apoio para o trabalho da equipe da assessoria.

Em se tratando de uma região bastante grande e com diversidade de problemáticas, será estabelecido inicialmente a divisão em 6 territórios nos quais se integram relações socioespaciais. Isso também constituirá um horizonte que demarca parte da organização da operacionalização da metodologia.

O projeto foi concebido para ser executado em um período de quatro anos, destinando-se (I) os 6 meses iniciais para organização dos trabalhos e atendimento às demandas emergenciais; (II) 24 meses subsequentes para realização do diagnóstico dos danos, elaboração de propostas e medidas de reparação; (III) 6 meses para consolidação do Plano de Reparação Integral e (IV) 12 meses de acompanhamento e foco no apoio ao exercício da autonomia das comunidades para atuação no processo reparatório. Considera-se, pois, a necessidade de desenvolver estudos confiáveis, a complexidade dos danos causados e o tempo gasto em processos de reparação de desastres da mesma natureza.

A partir da decisão judicial, o presente projeto foi reorganizado e ajustado para ser executado em um período de 23 meses, destinando-se (I) os 6 meses iniciais para organização dos trabalhos, atendimento às demandas emergenciais e levantamento de diagnóstico geral que guiará o aprofundamento dos diagnósticos; (II) 17 meses subsequentes para realizar diagnóstico dos danos, edificar critérios de identificação dos atingidos e elaborar, de forma complementar, propostas de medidas de reparação, no que for possível. Considera-se, pois, a necessidade de desenvolver estudos confiáveis, a complexidade dos danos causados e o tempo gasto em processos de reparação de desastres da mesma natureza.

7.2. Reparação Integral e Matriz de Reconhecimento dos Atingidos

O objetivo de se alcançar a Reparação Integral dos Atingidos e Atingidas se inicia com o diagnóstico e estabelecimento dos critérios de reconhecimento de quais pessoas





podem ser caracterizadas como pessoas Atingidas, sendo o primeiro passo de um processo maior. Para os autores da ação judicial, tal objetivo é realizado com a construção de uma proposta de Plano de Reparação Integral com participação direta dos Atingidas e Atingidos. Assim, desde o primeiro passo é colocado o desafio de oportunizar a uma coletividade um “olhar” qualificado para a situação complexa gerada pelo desastre do rompimento da barragem e, feito isso, construir compreensões coletivas sobre os danos, quem os sofreu, de forma fundamentada com apoio técnico. E no tempo possível, o projeto segue com a construção de medidas reparatórias com base compreensões e consensos coletivos.

O desenvolvimento da metodologia do projeto alcançará resultados finalísticos que compreendem em linhas gerais, a construção de dois tipos de Matrizes que sintetizam as conclusões coletivas dos atingidos e atingidas sobre o diagnóstico dos danos sofridos e seu entendimento sobre as reparações devidas. Partindo da compreensão de Matriz como um sistema de correlação lógica de informações, a primeira se trata de uma **Matriz de Reconhecimento de Atingidos (Matriz de Reconhecimento)**, contendo todos os danos identificados, correlacionando-se os critérios identificadores dos atingidos que os sofreram e as formas de comprovação. Em correspondência a ela será desenvolvida uma **Matriz da Reparação Integral**, contendo medidas reparatórias correspondentes aos danos e a quem os sofreu (tendo em vista que as desigualdades estruturais ocasionam dimensões e gravidade diferenciadas de danos diante do mesmo fato gerador).

As medidas levantadas também indicarão a dimensão dos Direitos Fundamentais violados com a ocorrência do desastre, sejam eles individuais, coletivos, difusos, etc., assim como demonstrarão uma sistematização oriunda do banco de dados dos atingidos que participaram do processo. Esse levantamento de dados, por sua vez, não limita a existência de outros atingidos a serem reconhecidos. Tais medidas apresentarão a dimensão da Reparação Integral a ser contemplada, o parâmetro para satisfação da reparação e as ações e diretrizes para implementação das medidas de forma que alcance o parâmetro.

Diante do tempo determinado para o trabalho e da discussão junto às Comissões de Atingidos, nesse momento, a adequação de cronograma foi realizada garantindo a construção completa da Matriz de Reconhecimento de Atingidos (todos os temas de diagnóstico). No tocante a Matriz de Reparação Integral, não serão concluídas as Matrizes de todos os temas nesse projeto e, sendo possível, somente de dois, que já estavam previstos no tempo determinado ao projeto.





Para essa construção tão elaborada, pois participativa, alguns elementos são necessários: equipes técnicas, espaços participativos, levantamento de dados, sistematização de informações e produção documental. Sobre as equipes técnicas, são: uma equipe que contribua na elaboração do material didático adequado às necessidades educacionais; uma equipe de mobilização que contribua no engajamento dos atingidos e atingidas e proporcione metodologias participativas que valorizem e registrem a compreensão das participantes e consultorias que contribuam na elaboração de estudos que proporcionem dados confiáveis dos atingidos e voltados para as necessidades de compreensão da realidade a partir das demandas dos participantes do processo.

7.3. *Ciclos de Debate*

A proposta metodológica de articulação desses elementos para a construção das Matrizes, e por fim do Plano de Reparação Integral dos atingidos e atingidas, é o debate sobre os danos aglutinados em grandes áreas, compondo assim, **Ciclos de Debates**, com duas etapas: uma de diagnóstico e uma posterior sobre as medidas reparatórias (essa segunda etapa será realizada para duas grandes áreas). Com inspiração nos processos de Orçamento Populares e discussões sobre democracia participativa, os ciclos são estabelecidos a partir de um levantamento inicial realizado por **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)**, o qual consiste em aplicar metodologias baseadas na educação popular (com parte informativa básica sobre Reparação Integral) para que os atingidos e atingidas e sua Assessoria Técnica Independente (ATI) possam ter uma visão geral sobre os danos a serem debatidos e a possibilidade de agrupamento para discussão conjunta (no mesmo ciclo de debate). A partir dessa visão geral será decidida por eles, com propostas feitas pela Assessoria Técnica Independente (ATI), quais serão os temas e qual a ordem de prioridade dos ciclos a serem realizados. Tal atividade será realizada em quatro meses no primeiro semestre de execução do projeto.

Com a definição dos ciclos, inicia-se a sequência de execução. Cada tema terá dois ciclos: um versando sobre o diagnóstico acerca do tema e outro sobre a reparação. Cada ciclo gerará um relatório com a Matriz correspondente. Por exemplo, ao fim do Ciclo de Debate Diagnóstico sobre Saúde será gerado a Matriz Reconhecimento Saúde e ao fim do Ciclo de Debate Reparação sobre Saúde ter-se-á a Matriz Reparação Saúde. As





duas juntas possibilitam a discussão e definição sobre as medidas reparatórias em saúde e quem deve ter tais medidas implementadas.

7.3.1. Implementação dos Ciclos de Debate

A execução do Ciclo de Debate de cada tema é composta por uma estrutura fixa, dividido em fases (etapas). Apresentamos abaixo as fases que constituem cada ciclo, bem como sua especificação.

7.3.1.1. Fase I – Preparação:

- a) Levantar as informações necessárias a serem levadas às atingidas e aos atingidos (direitos, informações técnicas dos temas, levantamento de dados iniciais no município). Tarefas realizadas pela equipe técnica fixa e pelas consultorias especializadas (Relatório 1 de cada consultoria);
- b) Elaboração de material didático para trabalhar tais informações de forma compreensível e efetiva com os participantes. Tarefas realizadas pela equipe fixa;
- c) Processo de divulgação, comunicação e mobilização dos atingidos para o ciclo. Tarefa realizada pela equipe de mobilização.

7.3.1.2. Fase II – Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs):

- a) Debates com o material didático e levantamentos sobre as compreensões dos atingidos e atingidas acerca do tema no espaço do GAAs;
- b) Registro dos danos, dúvidas e demandas sobre o tema que nortearão a execução dos estudos e propostas de medidas reparatórias realizadas pela equipe fixa e pelas consultorias especializadas (sob coordenação da equipe fixa).

7.3.1.3. Fase III – Ajustes e Sistematização

- a) É realizada ao ser alcançado 80% de realização dos GAAs;
- b) Sistematizações das informações levantadas nos GAAs, sendo gerados os relatórios que devem nortear o trabalho da equipe fixa e consultorias para o Ciclo Reparação;
- c) elaborado material didático para os atingidos e atingidas com a sistematização dos dados levantados;





- d) Facilitação de GAAs remanescentes,
- e) Reunião do Coletivo de Coordenadores dos GAAs para balanço sobre o debate do tema, fazendo avaliação do processo para que a ATI proceda aos ajustes necessários e oriente a forma de retorno do diálogo na próxima fase.

7.3.1.4. Fase IV – Seminários Regionais:

- a) Revisão do discutido nos GAAs;
- b) Retorno da sistematização dos dados levantados;
- c) Realizada discussão dos próximos passos para elaboração do Ciclo Debate
Reparação do tema;
- d) Nessa fase também será realizado o Seminário Temático sobre Danos Indenizáveis dentro do tema do Ciclo de Debate.

7.3.1.5. Fase V – Assembleia das Atingidas e Atingidos:

- a) O resultado do trabalho é apresentado e colocado para aprovação dos atingidos e atingidas em Assembleia. Esse espaço é de reivindicação e deliberação da pauta conjunta dos atingidos e das atingidas, tendo como principal objetivo construir a **proposta** de reparação.

7.3.1.6. Fase VI – Organização e Encaminhamentos:

- a) Com a aprovação do relatório do Ciclo e sua Matriz de Diagnóstico, essa será entregue aos substitutivos processuais para os devidos encaminhamentos com o acompanhamento da ATI e Comissão de Atingidos para eventuais apresentações e esclarecimentos.

7.3.1.7. Fase VII - Espaço de diálogo com poluidor pagador:

- b) Após a fase de organização e encaminhamentos será deliberado um espaço de diálogo com o poluidor pagador. Esse encontro será informado à população com 7 dias de antecedência, sendo imprescindível a participação de atingidos/as durante o espaço de negociação. A ata, lista de presença, gravação e fotos serão divulgados para quaisquer atingidos e atingidas que solicitarem os documentos.





À essa estrutura pode ser agregado o espaço do **Seminário Temático**, realizado junto com a Fase IV ou entre a Fase III e IV, quando for identificada a necessidade de discussão de subtema específico por sua importância, profundidade ou por estarem existindo discordâncias em diferentes espaços de atingidos e estes necessitarem dialogar. Como já mencionado, um Seminário existente em todos os ciclos é o referente aos Danos Indenizáveis, garantindo olhar específico para o que deve ser indenizado, os parâmetros de indenização e elementos a serem considerados na valoração. O tempo de execução do ciclo é em média 2 (dois) meses, podendo ser maior caso o tema demande muitos seminários temáticos.

- **Quesitação das chamadas do Comitê Técnico Científico (CTC-UFG)**

Tendo em vista a instituição do Comitê Técnico Científico (CTC-UFG) como auxiliar do Juízo para a produção de provas, cumpre à AEDAS, na qualidade de assistente técnico das partes autoras, a tarefa de estabelecer quesitos a serem respondidos pelos estudos e pesquisas que serão realizados sob a supervisão do CTC.

Após a definição da proposta vencedora de cada uma das chamadas e estabelecimento do respectivo prazo de quesitação pelo Juízo, caberá à AEDAS elaborar e encaminhar à Coordenação Metodológica os quesitos. O envio deverá ocorrer 05 (cinco) dias úteis antes do encerramento do prazo estabelecido pelo Juízo. No período antecedente à entrada em operação da Coordenação Metodológica, o envio será feito às partes autoras, no mesmo prazo.

O trabalho realizado visa a cooperação com o perito do juiz, o **Comitê Técnico Científico da UFG**, para que os estudos determinados alcancem o detalhamento e extensão dos danos. A equipe técnica permanente e consultorias sempre partiram do já elaborado pelo Comitê, (assim como pela checagem dos dados ambientais produzidos pela empresa e auditados pela AECOM²⁰), fazendo parte da Fase I Preparação, tendo como objetivo o retorno aos atingidos sobre os dados já existentes, a checagem e justaposição dos dados, evitando duplicação de esforços na construção dos estudos,

²⁰ AECOM DO BRASIL LTDA. foi estabelecida como auditora dos dados ambientais produzidos pela Vale para as medidas emergenciais em relação ao rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. Termo de compromisso disponível em < <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-vale-assinam-acordo-sobre-a-captacao-de-agua-para-municipios-impactados-pelo-rompimento-das-barragens-em-brumadinho.htm>>





possibilitando verificação de questões de necessária verificação para a acreditação por parte dos atingidos.

Ainda na fase de apresentação ao processo judicial dos Planos de Trabalhos das Chamadas promovidas pelo Comitê Técnico Científico da UFMG, a Assessoria contribuirá na quesitação. **O primeiro semestre do Plano de Trabalho, no qual existirá a formação de banco de registros familiares e o Diagnóstico Rápido Participativo, será de grande contribuição pois será possível informar ao processo e, assim ao perito, os pontos importantes apontados no diagnóstico familiar e no DRP por tema de danos.** Para tanto, os temas do DRP (e dos Ciclos de Debate) foram organizados em diálogo com os temas destacados no Plano de Trabalho “Caracterização e Avaliação da População Atingida pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, Minas Gerais”, elaborado em resposta à Chamada 03 do Comitê Técnico Científico da UFMG.

Além disso, os resultados das consultorias e formulações das Matrizes serão enviados ao Comitê, prezando por transparência e diálogo. Nesse sentido, na Fase VI Organização e Encaminhamentos, poderá ser organizado momento de encontro e diálogo entre Comitê e atingidos com suporte de sua assessoria técnica. Esta etapa se mostra importante na medida em que reafirma a transparência e a entrega de resultados, realizados de forma participativa com os/as atingidos/as. E se dará no formato que juízo e perito avaliarem como conveniente para o devido processo legal.

Os **Ciclos de Debate Reparação** dos temas possuem a mesma estrutura. Para a sua realização, serão trazidos diversos materiais com conteúdo a ser utilizado no processo, sendo adequada a elaboração de conteúdo, que, no caso, passa a ser os resultados dos estudos diagnósticos aprofundados (sanando dúvidas levantadas anteriormente) e estudos de proposição de medidas reparatórias e os respectivos materiais didáticos para os Grupos de Atingidos e Atingidas. Nesses ciclos os atingidos são informados dos estudos e discutem as proposições, agregando conhecimento e critérios para decisão sobre que medidas reparatórias serão propostas na Matriz Reparação. Relembramos que nesse Plano de Trabalho estão contempladas, inicialmente, as execuções de dois temas de ciclo reparação. Os temas a serem trabalhados será objeto de decisão dos Atingidos e Atingidas ao fim do ciclo de DRP.





Atentando para a especificidade das **Mulheres**, bem como compreendendo que estas contribuem no olhar para outros grupos vulneráveis com idosos e crianças, essas terão um espaço a mais para discussão do tema, sendo este próprio para liberdade de fala (somente mulheres) e compreensão sobre como o desastre às atinge. Esse espaço será realizado em formato de Seminário Temático e contará com uma equipe a partir do segundo ano para fomentar os debates e realizar a análise específica dos dados referente este grupo.

Tendo em vista essa metodologia, no presente projeto apresenta-se uma proposição de temas e ordem dos Ciclos de Debates feita com base no DRP realizado junto às 34 Comissões de Atingidos e Atingidas (para mais informações ver Seção 3). Tal proposição visou à elaboração do planejamento das atividades e cronograma, entretanto está sujeito a ajustes conforme o DRP com participação de quantidade consideravelmente maior de atingidos e atingidas, com a mobilização que será realizada. Nesse sentido, o processo de construção do DRP também servirá para adequação dos temas dos Ciclos de Debate, bem como diálogo sobre a ordem da sua realização.

As atividades para elaboração do Plano de Trabalho junto às Comissões permitiram uma visão geral para elaboração do projeto dos danos indicados até o momento pelos atingidos e atingidas, estes danos estão sistematizados em doze áreas elencadas em quadro que relaciona comunidade e levantamento de danos que segue como anexo ao projeto.

Para a realização dos ciclos de debate, os danos foram agrupados em 6 temas, que consideraram o levantado junto às Comissões e o Plano de Trabalho apresentado em resposta à Chamada 03 do Comitê Técnico Científico (estudos do perito): 1) Socioambiental, 2) Saúde, 3) Economia, com foco no Trabalho e Renda, 4) Educação e Serviços Socioassistenciais, 5) Patrimônio, Moradia e Infraestrutura e 6) Patrimônio Cultural, Esporte e Lazer. Assim, o cronograma projetado compreende 8 (oito) ciclos de debates, 6 referentes ao ciclo diagnóstico que gera Matriz Reconhecimento e 2 referentes ao ciclo reparação sobre dois temas gerando Matriz da Reparação do tema em tela).

Também foi elaborada uma divisão do território da Região 2 para organização da mobilização de dos espaços participativos. Com base na proposta do Ciclo de Debate, nos Temas propostos, na Regionalização do território atingido e no Público Alvo Direto foram quantificadas as atividades a serem realizadas. Assim, temos em cada ciclo: 200





Grupos de Atingidos e Atingidas, 40 Seminários Regionais (1 Seminário para cada 5 GAAs), 6 Assembleias (uma por município e uma geral), o número mínimo de 3 Seminários Temáticos por ciclo (um para Mulheres, um sobre Danos Indenizáveis e um para tema eventualmente necessário) para cada cidade, totalizando 120.

O Ciclo de Debate do tema Trabalho e Renda apresenta uma especificidade de necessariamente ter Seminários Temáticos para as categorias de trabalho levantadas nos GAAs, assim o cálculo para ele é de 20 Seminários Temáticos por Ciclo, para cada município, totalizando 200 (20x2x5).

A seguir uma síntese dos quantitativos para execução do DRP e dos ciclos de debate para diagnóstico de danos dos seis temas (Matriz de Reconhecimento de Atingidos) e elaboração de medidas reparatórias para 2 temas (Matriz de Reparação Integral para 2 temas):

Atividade	Qtd. DRP/ Emergencial	Qtd./Ciclo	Quantidade Total
GAAs ²¹	600	200	2.000
Reunião Coordenadores GAAs	3 ²²	3	$3+3^{23}+21+39^{24}=66$
Seminários Regionais	---	40	$320+10\%^{25}=352$
Assembleias	1 ²⁶	05	$1+8x5+3^{27}=44$
Seminários Temáticos	8 ²⁸	15	$8+15x6+20x2x5=298$

²¹ Durante o período da Pandemia, os Grupos de Atingidos e Atingidas se reunirão apenas em 10 pessoas, por isso serão 300 GAAs em duas rodadas totalizando a realização de 600 reuniões. Essa é uma medida em respeito das restrições de isolamento reunião que está prevista para acontecer até o final de 2020.

²² As reuniões no período da Pandemia serão realizadas de forma virtual/teleconferência.

²³ As reuniões do primeiro Ciclo de Debates ainda estarão no período de restrição de aglomeração populacional por isso serão realizadas de forma virtual/teleconferência.

²⁴ Correspondem às Formações em Direitos Humanos dos Coordenadores de GAA.

²⁵ Os 10% são uma margem de segurança para eventuais necessidades de realização de maior número de reunião em um mesmo GAA.

²⁶ Devido às restrições de isolamento social causadas pela Pandemia do Covid-19, as assembleias do período emergencial não deverão acontecer em formato tradicional. A proposta tem em vista que a publicização da consolidação dos resultados do processo possa acontecer de forma virtual em formato ao vivo a ser construído com os/as atingidos/as.

²⁷ Assembleias anuais e de finalização com participação das 5 cidades.

²⁸ 6 Rodas de Diálogo sobre os 6 temas dos Ciclos de Debates, uma Roda sobre Pagamento Emergencial Mensal e uma sobre Emergencial das Mulheres, serão realizadas de forma virtual por estarem no período da Pandemia. As Rodas de Diálogo estão sendo contabilizadas como Seminários Temáticos por terem o mesmo alcance deles.





Assim, os atingidos e atingidas terão resultados participativos e sobre os quais têm domínio sobre categorias de danos, quem deve ser reparado e as formas de reparação (para dois temas, nesse plano de trabalho). Isto possibilita efetivamente a intervenção deles e delas sobre as decisões a serem tomadas quanto a sua reparação, reduzindo a assimetria do processo e possibilitando uma satisfação social com a reparação²⁹.

7.4. Registro e acompanhamento familiar

A primeira atividade da equipe fixa é a mobilização e conhecimento das famílias das comunidades atingidas. Esta fase foi planejada inicialmente para acontecer realizada por meio de visitas familiares na qual seriam colhidos, com a permissão e anuência da família, os seus dados, suas compreensões sobre o desastre sociotecnológico, destacando como se vêm nesse contexto, e os danos evidenciados pela família. Com o cenário de Pandemia Global relativa do vírus Covid-19, houve uma readequação nessa metodologia. Ela será realizada, prioritariamente, por videoconferências.

Esse é um registro inicial para conhecer a família e entender as demandas iniciais, formando o início do banco de dados, que seguirá sendo alimentado com os dados colhidos em espaços participativos, em registros individuais (atendimentos, levantamentos das consultorias, etc) e resultados das consultorias, bem como os resultados por ciclos de debate.

Esse banco de dados permitirá análises e sistematização dos dados, possibilitando o acompanhamento das famílias, GAAs e coletividades que demonstrem ter necessidade de tratamento dos seus danos. No tocante ao acompanhamento das famílias todas as informações que forem prestadas à assessoria serão registradas e serão de livre acesso das famílias.

O banco de dados inicial gerado com as visitas às famílias possibilitará, ainda, uma visão geral inicial para organização dos GAAs, da metodologia e conteúdo a ser dialogado no DRP.

²⁹ A regra da abordagem metodológica aqui descrita é a de abordagem coletiva e construções comuns e participativas para entrega dos produtos previstos no presente plano de trabalho. Entretanto, a título de exceção, alguns casos de maior necessidade, vulnerabilidade e urgência de acompanhamento poderão ser tratados individualmente.





Esses registros comporão uma forma de entrega da Assessoria conjuntamente com cada Matriz de Reparação Integral. Assim, com a finalização da Matriz de Reparação Integral da Saúde serão geradas as análises relativas a cada GAAs, coletividade e de cada família. Em relação às coletividades e GAAs, a entrega se refere às conclusões e dados levantados coletivamente, não sendo divulgados dados pessoais.

Para que esse levantamento de dados seja realizado por videoconferência, outras atividades preparatórias serão necessárias. É o caso de ações de diálogo e comunicação por telefone e/ou internet para levantamento das famílias que participação do processo, e um rigoroso processo de teste da ferramenta que iremos utilizar, assim como do instrumento de levantamento de informações. No tocante a famílias que não quiserem ou não dispuserem de meios para realização do registro familiar de forma online, será organizado um novo processo de registro a partir de visitas familiares após a Pandemia e o fim da necessidade de medidas de restrição ao convívio social. Nesse sentido, assim que possível mediante flexibilização do distanciamento social será garantido equipe móvel para fazer o registro (previsão para agosto). Quando o atingido ou atingida não quiserem participar do processo do registro familiar e de nenhum processo da Assessoria tal fato será registrado em documentação própria.

7.5. *DRP e Matriz de Medidas Reparatórias Emergenciais*

Antes do cenário global de pandemia do vírus Covid-19, estava planejado que após as mobilizações iniciais, a realização dos Grupos de Atingidos e Atingidas focaria na discussão sobre Assessoria Técnica, Reparação Integral e identificação de danos. Em seguida, todas as informações até o momento levantadas subsidiariam a elaboração de retornos sobre a visão geral dos danos, de uma proposta de agrupamento desses danos (que será a proposta de Ciclos de Debates) e de metodologias para aprofundamento dos temas que geram dúvidas sobre os danos para que atingidos e assessoria possam chegar a entendimentos sobre pontos principais para aprofundamento de conhecimento e de eventuais estudos e pesquisas.

Com tais elaborações, seriam organizados Rodas de Diálogo³⁰ para cada tema, os quais provavelmente serão: Socioambiental, Saúde, Trabalho e Renda, Serviços

³⁰ Rodas de Diálogo que serão formadas por pessoas que já passaram pelo processo de Assessoria Técnica com caráter informativo que permite tanto a coleta de informações para construção de diagnóstico, como também a discussão de planejamento sobre as estruturas dos próximos ciclos. A presença dos atingidos e





Socioassistenciais, Moradia e Infraestrutura e Patrimônio Cultural, Esporte e Lazer. Coloca-se aqui como uma probabilidade, pois é esse primeiro retorno dos GAAs que de fato será a base para a análise da forma de agrupamento dos danos, é provável, que, por exemplo, um subtema seja mais evidenciado se tornando um tema.

As formulações das rodas de diálogo seriam o guia para definição final da estrutura, sequência de discussão e decisão do processo participativo, dos temas dos ciclos de debate e de seus subtemas principais. Ao longo desse processo, buscaríamos o destaque dos danos que seguem em progressão e das medidas emergenciais necessárias. Assim, nas Rodas de Diálogo presenciais, seriam levadas as sistematizações e análises do que já foi apontado pelos atingidos e as propostas de medidas emergenciais (a partir de fundamentação feita pela equipe técnica) para debate da definição das medidas e dos critérios de reconhecimento de atingidos que necessitam das medidas reparatórias emergenciais.

Por ser o **Pagamento Mensal Emergencial** um debate de grande importância e delicado, seria feita uma Roda de Diálogo específica para que essa medida emergencial tenha tratamento minucioso. Como preparação para as rodas de diálogo, os estudos iniciais das consultorias seriam voltados para identificação do aumento da vulnerabilização social e de suas causas e a equipe técnica, além de guiar a consultoria, estará na preparação dos conteúdos informativos e das fundamentações técnicas.

Assim, ao fim do DRP pretende-se ter a definição do funcionamento do processo da assessoria (a partir da proposta inicial descrita neste Plano de Trabalho) e uma Matriz de Medidas Emergenciais. Essa Matriz conterà os critérios de reconhecimento de quem tem direito a medidas reparatórias emergenciais e quais medidas devem ser essas, com ações, parâmetros e diretrizes.

Com a crise causada pela Pandemia, todo a lógica de funcionamento do DRP continua em execução, com a alteração de que devido ao tempo reduzido e formato de execução diferente do original podem significar não ser possível alcançar no mesmo tempo todos os objetivos anteriores, assim **o foco de realização desse processo inicial será o levantamento para construção da Matriz Emergencial**. Nesse sentido, a metodologia de discussão nas Rodas de Diálogo e Grupos de Atingidos e Atingidas acontecerão de forma virtual, e, caso não seja possível o **delineamento dos subtemas e**

atingidas nas Rodas de Diálogo, no presente plano de trabalho, segue o princípio da ampla participação, sem a constituição de rigor metodológico de amostragem específica.





linhas de aprofundamento para todos os ciclos de debate nas atividades previstas até setembro, as atividades de outubro serão reorganizadas no sentido de alcançar esse objetivo.

Como desenho geral das atividades, após a readequação em virtude da pandemia, teremos o seguinte fluxo: i.) Grupos de Atingidos e Atingidas realizados de forma virtual (10 pessoas no máximo); ii.) 08 (oito) Rodas de Diálogos Virtuais para cada tema do ciclo de debates, um para o Auxílio Emergencial e um para Emergencial das Mulheres; iii.) Última rodada de GAAs, cuja forma (presencial ou virtual) dependerá das condições sanitárias. O orçamento foi readequado para as rubricas necessárias para execução virtual das atividades.

7.6. *Formação dos Coordenadores e Coordenadoras dos GAAs*

Outra metodologia adotada em paralelo a da construção do Plano de Reparação (Matrizes Reconhecimento e Reparação) é a Formação dos Coordenadores de Grupos de Atingidos e Atingidas para autonomia na gestão da reparação. A formação é composta por 13 módulos de formação em Direitos Humanos para duas turmas de 50 atingidos e atingidas.

7.7. *Mobilização social*

Para promover a mobilização social haverá uma equipe específica que atuará no diálogo permanente com o conjunto dos atingidos e atingidas, por meio de um modelo organizativo constituído das seguintes ferramentas de participação: GAAs; comissão de atingidos e atingidas; coletivo de coordenadores de GAAs; assembleias de atingidos e seminários temáticos. Esse processo, durante o período de pandemia, estará adaptado aos meios virtuais de comunicação.

A consolidação dessas ferramentas possibilitará a participação efetiva dos atingidos e atingidas, a troca de informações, realização de debates de forma que cheguem à totalidade dos atingidos interessados em participar do plano de reparação de danos³¹, de forma rápida e representativa. As informações construídas a partir do processo

³¹ Cumpre ressaltar que a assessoria se constitui como um serviço à disposição da população, não sendo de caráter obrigatório a participação para qualquer medida de reparação.





participativo serão oportunizadas por dinâmica de diálogo entre as esferas que compõem o modelo organizativo da assessoria. Portanto, os GAAs, as comissões dos atingidos, o coletivo de coordenadores/as, os seminários temáticos e outras atividades promovidas, serão mecanismos que se retroalimentam por diálogo permanente e garantem as ações da assessoria balizadas pela participação dos atingidos e atingidas. Tal mecanismo é usualmente utilizado em metodologias participativas e em situações de conflitos, e vem demonstrando ser uma eficiente forma de comunicação e tomada de decisão coletiva.

Segue a descrição de cada uma das ferramentas:

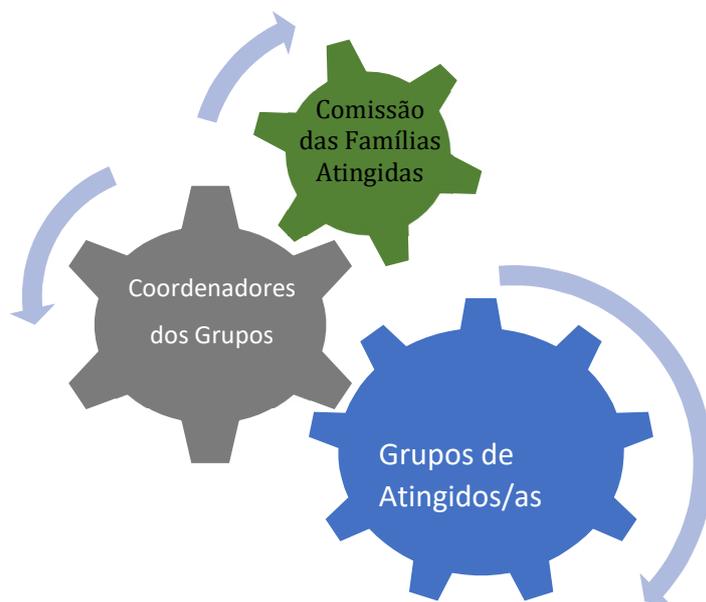
7.7.1. Grupos de Atingidos e Atingidas

Os Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo por principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas. Os grupos são instrumentos para se alcançar o protagonismo, a transparência e a continuação do processo de mobilização já iniciado nas comunidades, respeitando a particularidade de cada território.

Todas as pessoas atingidas interessadas em participar do processo coletivo de reparação serão convidadas a integrar um GAA. Cada grupo contará, prioritariamente, com a coordenação de um homem e uma mulher e, ainda, de um coordenador ou uma coordenadora jovem, que serão escolhidos pelo próprio grupo. Tal proposta se faz necessária para garantir a presença de diferentes olhares sobre as questões debatidas, assegurando o respeito à equidade de gênero e etária dentro de um processo democrático. Os coordenadores e coordenadoras comporão um Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras que estará em permanente diálogo com as Comissões dos Atingidos e Atingidas.

O grupo realizará reuniões periódicas para divulgar e debater as informações sobre os direitos dos atingidos e atingidas, discutir sobre os danos causados pelo rompimento da barragem, suas implicações na vida da comunidade, possíveis formas de reparação, elaboração de pautas da comunidade e outros assuntos de interesse. O grupo também será o espaço de difusão das informações produzidas pelo acompanhamento técnico e também de recolhimento das demandas, sugestões e opiniões dos atingidos e atingidas.





Os grupos de atingidos e atingidas serão formados conforme descrição no cronograma e das atribuições da equipe. Possuirão um caráter fluído no projeto, podendo ser ampliados ou mesmo divididos conforme o avanço na participação da população atingida.

7.7.2. Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Atingidos e Atingidas

Os coordenadores e coordenadoras dos GAAs comporão um Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras que estará em permanente diálogo com as Comissões dos Atingidos e Atingidas³². Esse coletivo terá a função de “correia transmissora” das informações da assessoria técnica para os GAAs, bem como das demandas, sugestões e contribuições dos grupos para a assessoria. Tal coletivo garante dinamismo, agilidade e rápida multiplicação dos debates e informações produzidas. Esse coletivo será importante no processo de protagonismo dos atingidos na organização dos mesmos e passará por um processo de formação para que possam atuar de forma qualificada nos processos de negociações e diálogos com os diversos atores no processo de reparação integral.

7.7.3. Comissão de Atingidos

A Comissão de atingidos e atingidas é um espaço organizativo da população que sofreu danos, que se reúne para debater as soluções de suas necessidades coletivas e individuais e os encaminhamentos do processo de reparação. É uma estrutura anterior à

³² Essa conformação do Coletivo seguirá o fluxo proposta para a formação dos GAAs, também não possuindo uma rigidez estrutural à medida que está relacionada com a fluidez da participação





assessoria técnica e será integrada aos mecanismos da participação social, respeitando-se a auto-organização da população e as especificidades das comunidades.

A organização das comissões se dá por bairros e regiões dos municípios, sendo que 26 delas já estão consolidadas e outras poderão se formar ao longo do trabalho de organização dos atingidos e das atingidas.

7.7.4. Seminários Regionais

Esses seminários têm a função de momento de retorno de sistematização, avaliação e ajustes junto aos atingidos sobre o que foi trabalhado nos GAAs. Serão importantes para que seja possível realizar uma revisão da discussão realizada nos GAAs. Nesse sentido, será realizado um retorno da sistematização dos dados levantados, assim como uma discussão dos próximos passos necessários para construção do próximo Ciclo de Debate, o qual terá a temática da Reparação. Os seminários acontecerão em nível de cada território de trabalho, a partir da junção de 5 GAAs. Em correspondência às medidas de segurança em saúde necessárias diante da pandemia o quantitativo de participantes/GAA por seminário regional poderá ter diminuição de forma a contemplar os limites de agrupamentos de pessoas.

7.7.5. Seminários temáticos

Seminários temáticos são espaços de discussão que têm como objetivo reunir atingidos e atingidas a partir de temas e interesses em comum. Os temas dos seminários serão definidos pelos próprios atingidos e atingidas podendo abarcar questões como, por exemplo, água, saúde, mulheres, questões que envolvem categorias profissionais ou de ocupação como comerciantes, pescadores, agricultores entre outros. Em correspondência às medidas de segurança em saúde necessárias diante da pandemia, o formato de realização será virtual de forma a contemplar os limites de agrupamentos de pessoas.

7.7.6. Assembleias de Atingidos e Atingidas

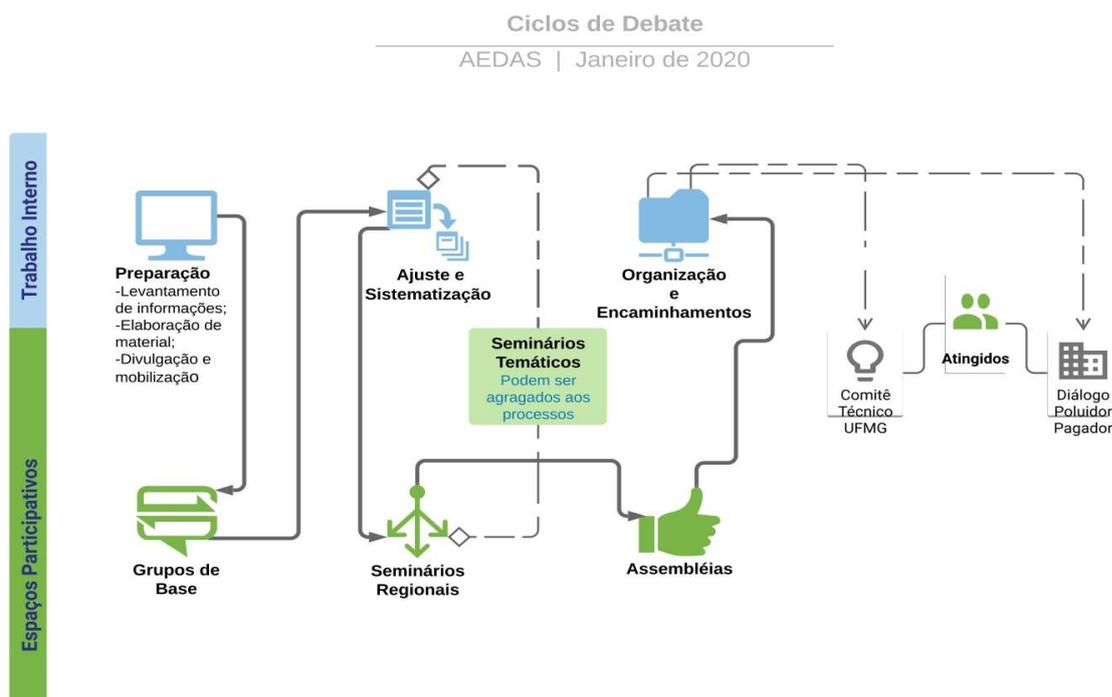
As assembleias de atingidos e atingidas serão a instância máxima em termos decisórios no processo de reparação. Serão reuniões massivas com objetivo de deliberar de forma democrática as definições sobre os assuntos levantados pela população e outros apontados pela assessoria técnica. Nesse sentido, se objetiva com esse espaço uma ampliação do coletivo de coordenadores, funcionando como um espaço de maior participação democrática das decisões.



Participam das assembleias todas as pessoas que participam dos GAAs e comissões de atingidos, sendo aberto também a todas as pessoas que não se dispõem a participar do modelo organizativo. A proposta é que sejam organizadas assembleias regionais, a partir de cada um dos cinco territórios em que a assessoria irá atuar. Diante do contexto de pandemia e da necessidade de medidas de segurança em saúde, as assembleias iniciais serão substituídas por ações de comunicação de larga escala para conhecimento do direito à Assessoria e canais de comunicação e participação (“Lives”, por exemplo). Além disso, enquanto durar a pandemia as Assembleias estão suspensas e serão substituídas por ações de comunicação e outras formas de diálogo virtuais a serem dialogadas com as atingidas e atingidos.

7.7.7. Fluxograma

Segue abaixo, por fim, fluxograma elucidativo das interrelações entre as estruturas de mobilização do presente plano de trabalho:



7.8. *Atendimento coletivo às crianças – espaço de cuidado*





Para garantia de participação das mulheres em todos os espaços supracitados, desde os GAAs até as assembleias, faz-se necessário criar as condições para isso, tendo em vista, sobretudo, que são elas as responsáveis pelo cuidado dos filhos no dia a dia. Para além disso, é importante uma atuação com as crianças que também estão inseridas no contexto desse conflito tão complexo e que mudou suas vidas.

O atendimento coletivo às crianças se dará em todos os espaços de participação envolvendo os técnicos, mas também as comunidades na responsabilidade de cuidar das crianças para garantia de participação de todas as mulheres.

Esses espaços serão construídos entre técnicos da assessoria e lideranças das comunidades, de modo a organizar as atividades pedagógicas com as crianças assegurando a participação das mães e, ao mesmo tempo, propiciar que as crianças também possam debater suas problemáticas.

Serão elaborados materiais didáticos, dinâmicas e ações que serão utilizadas nesse atendimento coletivo, como uma roda de brincadeira, roda de conversa, contação de histórias, elaboração de desenhos. As atividades pedagógicas com crianças serão modificadas durante a pandemia para serem realizadas de forma virtual e a sua temporalidade e formato serão dialogadas com as Comissões de Atingidos e/ou Grupos de Atingidos e Atingidas para melhor adequação às necessidades das famílias.

Serão contratadas 3 profissionais da área da pedagogia que irão qualificar esse atendimento tão importante às crianças, seja por elas, seja por suas mães, que têm papel fundamental na participação para elaboração da reparação integral de todos os danos sofridos por essas pessoas, incluindo os danos às crianças.

7.9. Comunicação

Outra ferramenta necessária para se obter êxito no quesito mobilização social é a comunicação. No presente Projeto ela funcionará nos moldes da comunicação popular, ou seja, em articulação com o povo e a ele servindo. A comunicação popular contribuirá para o aumento da participação, organização, formação e informação dos atingidos e atingidas, por isso deve ser compreendida como parte fundamental do processo de assessoria.

O objetivo é divulgar as atividades da assessoria, informar sobre os resultados das consultorias especializadas, prestar contas à população, elaborar materiais como cartilhas, folders, panfletos, informações no site da AEDAS, entre outras formas, a fim de aumentar





a participação alcançando e informando o maior número possível de atingidos e atingidas. As estratégias de comunicação serão desenvolvidas ao longo da assessoria atendendo às necessidades dos atingidos e das atingidas e considerando as formas de comunicação mais acessíveis ao público-alvo. Este eixo da comunicação se relaciona com a necessidade de diálogo com a demanda dos atingidos e das atingidas por ampla divulgação das reuniões e dos assuntos nelas tratados.

No contexto de medidas de segurança em saúde impostas pela pandemia do Covid-19, as ações e produtos de comunicação foram ampliados para adequação às necessidades de diálogo com os atingidos e atingidas de forma virtual ou à distância, diante do fato destas modalidades de diálogo serem as possíveis no momento de distanciamento social. Nesse contexto, permanece o entendimento que o diálogo direto com os mobilizadores sociais (técnico superior júnior) garante a adequação às necessidades de comunicação de cada família³³, por isso, tais técnicos terão diálogo contínuo ainda que à distância, o aumento de veículos de comunicação se somam para diminuir o impacto da distância social, garantindo, assim, maior possibilidade de compreensão do processo de acompanhamento da Assessoria Técnica e dos temas da reparação.

É válido destacar que em virtude do acesso precário de muitas comunidades à internet, este problema vem sendo discutido com Instituições de Justiça e demais Assessorias Técnica da Bacia do Paraopeba com intuito de chegar a medidas de mitigação desse problema.

7.10. *Ajuste da metodologia*

O mecanismo de participação exposto acima será rerepresentado aos atingidos e atingidas, podendo sofrer ajustes e aprimoramentos, de acordo com a vontade deles. Tais ajustes e aprimoramentos poderão ser apresentados e discutidos nos momentos de realização de Assembleias e outras reuniões. Igualmente, a metodologia será readequada diante de questões de segurança em saúde (como a pandemia) e outras de força maior.

7.11. *Metodologia de Controle Social*

³³ Necessidade como dificuldade de letramento, leitura, visuais, auditivas e outras serão sempre levadas em consideração no trabalho dos profissionais e dos produtos de comunicação.





O controle social é fundamental para o êxito do trabalho da assessoria técnica. Para que ocorra é necessário haver participação popular. Dessa forma, os GAAs constituem a ferramenta mais adequada para esta função. Todas as informações referentes à assessoria técnica serão fornecidas sem restrições, de forma clara e com linguagem apropriada, tendo em vista que a transparência é princípio do trabalho da AEDAS em todos os projetos que atua. Tal estruturação objetiva conferir aos atingidos e às atingidas domínio e gerência, constituindo-os como os atores diretos da assessoria.

Por outro viés, a realização de auditorias contábil-financeira e finalística, realizada por entidade externa e independente em relação à AEDAS e à Vale, bem como qualquer empresa vinculada a mineradora, e legalmente habilitada no Conselho Regional de Contabilidade para o exercício de auditoria externa, comporá mais um instrumento de Controle Social. Para garantir competência ao processo de auditoria, destaca-se a exigência de ter atuado como auditora externa por pelo menos 5 (cinco) anos e atuar conforme os regramentos próprios das ciências contábeis.

A auditoria contábil-financeira será realizada trimestralmente e a finalística terá início no terceiro mês e, após esse período, semestralmente, nos espaços físicos e nas comunidades de atuação da assessoria, e de forma virtual, em decorrência da pandemia, cumprindo as exigências judiciais para a sua realização. Produzirá análises, destacando os resultados a partir de pareceres e relatórios, os quais serão ferramentas de avaliação no âmbito jurídico e social.

A AEDAS disponibilizará os pareceres das auditorias e os relatórios trimestrais e semestrais de forma física e digital, para a comissão de atingidos e qualquer atingido que os solicite. Os pareceres serão também disponibilizados no site da AEDAS para conhecimento público.

Aprofundando ainda mais o processo de participação, as comissões e os atingidos poderão fazer observações nos documentos e enviar para a AEDAS, para que possam também fazer parte de processos de readequação, caso seja necessário e solicitado pelos atingidos. Caso necessário e conforme planejamento, a AEDAS também poderá apresentar nas ferramentas do modelo organizativo uma síntese das informações relativas às prestações de conta.

Além disso, a AEDAS divulgará de forma massiva e permanente endereço eletrônico e número de telefone para receber possíveis críticas e sugestões a qualquer momento sobre o trabalho executado pela entidade. Respeitando o anonimato, tais reclamações serão repassadas para a Comissão, no intuito de analisar a relevância e





construir coletivamente as soluções. Caberá ainda às Instituições de Justiça avaliar as reclamações apresentadas pelas comunidades em relação à prestação de Assessoria Técnica e adotar as medidas que julgar cabíveis.

7.12. Metodologia de Planejamento, execução e monitoramento interno

A AEDAS tem como ferramenta metodológica o ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) onde são trabalhados os avanços, desafios, limites e estratégias do projeto. A realização do planejamento participativo nos permite planejar, monitorar, avaliar e sistematizar a cada semestre, a evolução de nossa ação.

Para efetivação do PMAS, todo o projeto de assessoria têm como base de compartilhamento os princípios da Educação Popular. A ideia é que tudo que for produzido e apresentado para os atingidos e atingidas seja compreensível e acessível, ainda que o conteúdo produzido tenha caráter técnico.

Essa metodologia leva em consideração a importância de cada técnico e as ações das áreas, valoriza especificidade e pluralidade dos saberes, numa dinâmica de ação e reflexão para a realização de um trabalho efetivo e eficaz.

7.13. Equipes da Assessoria Técnica³⁴

QUADRO RESUMO REFERENTE ÀS EQUIPES DA ASSESSORIA TÉCNICA:

Divisão e quantidade total de integrantes das Equipes da Assessoria Técnica:

DESCRIÇÃO	TOTAL
Equipe de Gestão	05
Equipe de Administração	05
Equipe Operacional e de Comunicação	12
Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente:	
- Equipe de Mobilizadores	44
- Equipe Técnica/Assessores	39
Total	105

³⁴ Evidencia-se neste item o atendimento ao escopo básico, item 1.4, letra b do Edital de Chamamento Público.





O Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), lançou uma Nota Técnica em 2017³⁵ onde discorreu sobre os fundamentos da assessoria técnica nos seguintes termos:

Uma Assessoria Técnica multidisciplinar destina-se a informar tecnicamente os membros da comunidade, realizando a “tradução” de termos e informações técnicas em linguagem adequada às características socioculturais locais, de forma ampla e qualificada, colaborando com o desenvolvimento de processos participativos na comunidade, permitindo a simetria técnica e compensando a hipossuficiência das pessoas atingidas. (...) Nesse passo, a Assessoria Técnica tem por objetivo, portanto, possibilitar a construção da efetiva participação das comunidades nos processos decisórios, auxiliando, inclusive, na compreensão de como devem ser reparados os danos eventualmente sofridos. Por outro lado, o papel de uma Assessoria Técnica multidisciplinar não se restringe apenas em “traduzir” conhecimento técnico para as comunidades, mas também em identificar, valorizar e agregar os conhecimentos e saberes próprios dessas comunidades nos planos, projetos e peças técnicas que lhes são afetos. Assim, busca-se garantir que a formulação, o planejamento e a execução de ações e programas contemplem e reflitam os modos de vida próprios das comunidades destinatárias, trazendo-os para o centro dos processos decisórios, numa espécie de “tradução inversa” para a esfera técnica.

Importante destacar que o advento da oportunidade de as comunidades contarem com a contribuição de uma assessoria técnica multidisciplinar no processo de participação e decisório sobre as medidas e ações de reparação dos danos sofridos estão intimamente ligados a intensos processos de conflitos e disputas protagonizados há décadas por atingidos e atingidas contra a violação sistemática de direitos humanos ocorridas historicamente em grandes empreendimentos. Os desastres sociotecnológicos ocorridos na Bacia do Rio Doce e Paraopeba reforçaram iniciativas já em curso, importantes para o estabelecimento da assessoria técnica independente como direito das populações atingidas.³⁶

Para que o projeto seja plenamente executado tal qual foi concebido, a partir do atendimento qualificado às comunidades atingidas respondendo as múltiplas situações de vulnerabilidade social se faz necessária a contratação de técnicos com capacidades diversas. As atividades desempenhadas são de gestão, administração, comunicação, desenvolvimento operacional, mobilização e assessoria técnica a comunidades Os

³⁵ Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/inclusao-e-mobilizacao-sociais/conflitos-socioambientais/>

³⁶ Vide a aprovação em 25/06/19 no Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).





profissionais para atuação nas áreas de gestão, administração e coordenação operacional serão escolhidos diretamente pela AEDAS, por compreender atividades inerentes à execução e controle do Projeto, visando garantir a concepção dos trabalhos de assessoria técnica independente, em caráter multidisciplinar, a aplicação adequada da metodologia, da interação e integração das atividades e o alcance dos objetivos propostos. Deverão, portanto, ser profissionais com comprovada experiência profissional e de inteira confiança da entidade, considerando as responsabilidades que lhes serão atribuídas³⁷. Os referidos técnicos serão contratados seguindo as orientações das Instituições de Justiça relativas a isenção técnica e ausência de conflitos de interesse.

Já a equipe de mobilizadores e de técnicos (nível técnico, superior júnior e superior pleno) serão definidas por meio de processo de edital de seleção a ser divulgado preferencialmente por meios eletrônicos. Após a divulgação do edital, a seleção se dará em dois processos: pré-seleção de currículos (Curriculum Vitae) e entrevista³⁸ com os profissionais pré-selecionados.

Apresentamos abaixo a descrição das equipes técnicas necessárias para execução do Projeto, informando áreas de atuação, quantidade de profissionais, função, formação e atribuições.

Tabela 7 - Descrição da Equipe de Gestão

DESCRIÇÃO EQUIPE				
Área	Descrição dos Cargos	Formação	Quant.	Atribuição
Gestão	Coordenador Geral de Projeto	Nível Superior	1	Desenvolver e coordenar as relações institucionais necessárias no âmbito da execução do Projeto. Gerenciar a Equipe de Administração, as atividades relacionadas a comunicação do Projeto e garantir o desenvolvimento adequado das atividades, cronograma e aplicação dos recursos, além de proceder os diálogos necessários com auditoria externa.

³⁷ Na Equipe Operacional e de Comunicação (Tabela 2), a seleção de profissionais para as funções de recepcionista, auxiliar de serviços gerais e profissional de limpeza poderão ocorrer mediante edital de seleção.

³⁸ Devido a Pandemia, todas as entrevistas do processo seletivo foram realizadas de forma virtual.



Gestão	Coordenador Territorial do Projeto	Nível Superior	1	Associado ao Coordenador Geral do Projeto, atuará presencialmente no território da Região 2. Gerenciar os escritórios locais, as atividades relacionadas a comunicação do Projeto e, junto a coordenação de Equipe Permanente, garantir o desenvolvimento adequado da metodologia, atividades, cronograma e aplicação dos recursos, além de proceder os diálogos necessários com auditoria externa.
Gestão	Gestor da Informação	Nível Superior	1	Organizar, coordenar e orientar processos na identificação das necessidades de informação, como coleta, classificação, sistematização, armazenamento, tratamento e apresentação das informações provenientes dos relatórios das equipes técnicas e consultorias especializadas.
Gestão	Coordenador de Mobilização	Nível Superior	1	Coordenar e auxiliar os trabalhos e atividades a serem desempenhadas pelos mobilizadores. Junto ao Coordenador Territorial do Projeto e Coordenador de Técnicos, garantir o desenvolvimento adequado da metodologia, atividades e cronograma.
Gestão	Coordenador de Técnicos/Assessores	Nível Superior	1	Coordenar e auxiliar os trabalhos e atividades a serem desempenhadas pelos técnicos. Junto ao Coordenador Territorial do Projeto e Coordenador de Mobilização, garantir o desenvolvimento adequado da metodologia, atividades e cronograma.
Administração	Gerente Financeiro do Projeto	Nível Superior	1	Coordenar a Equipe Administrativa. Garantir a execução financeira do projeto dentro do cronograma físico-financeiro. Realizar pagamentos e acompanhar a auditoria.





Administração	Analista administrativo	Nível Superior	1	Acompanhar pagamentos, proceder cotações e prestação de contas para fins de contabilidade e auditoria.
Administração	Auxiliar Administrativo/ contábil	Nível Médio	1	Auxiliar o Analista Administrativo nos procedimentos de cotações e prestação de contas.
Administração	Gestor de Contratos	Nível Superior	1	Acompanhar e assessorar juridicamente os procedimentos de aquisição e contratação. Proceder a gestão dos contratos celebrados no âmbito da assessoria.
Administração	Analista em Tecnologias e Sistemas de Informações	Nível Superior	1	Gerenciar e prestar assistência sobre informações em redes, processamento de dados, engenharia de software, informática e hardwares. Zelar pela segurança e integridade das informações.
Operacional	Assistente administrativo	Nível Médio	2	Assistente de escritório do Analista Administrativo. Executar cotações e prestação de contas. Coordenar o estoque e utilização de bens móveis e imóveis, bem como atividades intrínsecas do escritório.
Operacional	Recepcionista	Nível Médio	3	Realizar uma primeira orientação e triagem dos atingidos e atingidas, seja presencial ou telefônico, orientando-os para o atendimento adequado.
Operacional	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível Fundamental	2	Proceder transporte de pessoal, materiais e equipamentos para manutenção e executar serviços gerais de escritório e de campo.
Operacional	Profissional da Limpeza	Nível Fundamental	2	Organização e limpeza dos escritórios.
Comunicação	Coordenador de Comunicação	Nível Superior	1	Coordenar as atividades de comunicação e de assessoria de imprensa. Contribuir na formulação de materiais e planos de trabalho de comunicação em estruturas e linguagens adequadas, elaborar notícias e meios de comunicação (website e demais mídias).





Comunicação	Comunicador Social	Nível Superior	1	Contribuir na formulação de materiais e planos de trabalho de comunicação em estruturas e linguagens adequadas, no âmbito da comunicação popular.
Comunicação	Comunicador Social	Nível Superior	1	Contribuir na formulação de materiais, criação, edição, diagramação e manutenção gráfica de peças de comunicação impressas e digitais, no âmbito da comunicação popular.
Comunicação	Comunicador Social	Nível Superior	1	Contribuir na formulação de materiais, criação, edição, diagramação e manutenção gráfica de peças de comunicação impressas e digitais, no âmbito da comunicação popular.
Mobilização	Coordenador de Grupos de Mobilização por Território	Superior Pleno	4	Coordenar e participar dos trabalhos executados pelos grupos de mobilizadores divididos nos 6 territórios.
Mobilização	Mobilizador Social	Superior Júnior ou Nível Técnico	40	Desempenhar os trabalhos e atividades inerentes a execução da metodologia de mobilização social, apoiados pela equipe técnica e coordenados pela Equipe de Gestão
Técnica	Coordenador das seis Grandes Áreas Técnicas da Assessoria	Superior Pleno	6	Coordenar e participar dos trabalhos executados pela equipe técnica divididas nas 6 grandes áreas de atuação: Jurídico; Ciências Agrárias e Ambientais; Engenharias e Arquitetura; Ciências Sociais; Saúde e Assistência Social.
Técnica	Pedagogos	Superior Pleno	3	Coordenar, orientar, auxiliar e/ou desempenhar as atividades inerentes a aplicação da metodologia referente ao atendimento coletivo às crianças.
Técnica	Técnicos Assessores	Superior Pleno	30	Desempenhar as atividades inerentes a execução da assessoria técnica, apoiados pela equipe técnica e coordenados pela Equipe de Gestão.
Total			104	
Total Equipe de Campo:			99	
Total Equipe de Gestão :			5	



7.14. *Gestão e Sistema de Informações e Dados*

Observando-se relatos sobre os limites de gestão e operacionais das experiências acumuladas por técnicos que atuaram/atuam nas assessorias técnicas em curso nos municípios de Mariana e Barra Longa, bem como a complexidade dos danos e do território na Região 2, emergem preocupações quanto a forma de gestão e controle para armazenar, disponibilizar, sintetizar, relacionar, quantificar, analisar e avaliar dados e informações obtidos durante a completa duração do Projeto, bem como a necessidade de se gerar mapas e outras peças que proporcionem adequada visualização dos dados e informações nele armazenado. Buscando responder a estes desafios, além de incorporar novos perfis técnicos às equipes da assessoria (como Gestor de Informação e Analista em Tecnologias e Sistemas de Informações), propõem-se a contratação de serviços especializados para desenvolvimento e uso de Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicadas ao território da Região 2.

Um Sistema de Informações Geográficas (SIG) é composto por hardware(s) e software(s), no qual dados e informações espaciais (com endereço geográfico - latitude e longitude) são utilizados, por meio de procedimentos computacionais e recursos humanos que permite e facilita a análise, gestão ou representação de objetos em territórios específicos, além de fenômenos que nele ocorrem. Quaisquer dados e informações tabulares (atributos) podem ser relacionados com objetos e territórios.

O SIG proporcionará análise individual ou simultânea de todos dados e informações tratadas pela assessoria técnica, de modo contínuo, e servirá como uma ferramenta de suporte e auxílio ao planejamento e organização dos trabalhos. O SIG deverá conter meios para acesso escalonado, com proteção e segurança necessárias e suficientes para manter a confidencialidade de dados e informações.

7.15. *Acompanhamento de Demandas das/dos Atingidas/os*

Dentre os objetivos da Assessoria Técnica temos o direito à informação e participação no processo de indenização e identificação de danos. Nesse sentido, incorpora-se ao trabalho da AEDAS toda demanda que diz respeito a identificação, levantamento de danos, emergenciais ou não, ocasionados pelo rompimento da barragem em questão.





Neste sentido, ainda que, por ventura, possam existir demandas direcionadas à AEDAS, por parte da população atingida, que não sejam de competência desta organização, temos como princípio a escuta ativa, no sentido de garantir informação e encaminhamentos adequados.

Destaca-se, nesse caminho, que demandas advindas do processo judicial e/ou do Diálogo com Instituições de Justiça serão objeto de atenção da assessoria, demandando tempo e trabalho da AEDAS para garantir os objetivos já elencados neste plano de trabalho e no Termo de Compromisso Firmado.

Nesse sentido, demandas específicas da Ação Civil Pública, serão incluídas na rotina de trabalho da AEDAS. A perícia judicial, a cargo da UFMG, assim, será constantemente trabalhada e avaliada, além de formulação de quesitos próprios às chamadas públicas produzidas pela UFMG. A AEDAS, frise-se, tem como princípio garantir, ao máximo, a participação popular em todas as fases judiciais e extrajudiciais que dizem respeito às atingidas/os.

